



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DA  
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 1/2014  
SESSÃO ORDINÁRIA  
DE 28-02-2014**

*“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 1 da Sessão Ordinária de 28-02-2014

**LOCAL** - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

**DATA** -28 de fevereiro de 2014-----

**INICIO** - dezasseis horas e dezasseis minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

**PRESIDENTE** - José Duarte Pereira.....PS

**1º SECRETÁRIO** - Adelino da Costa Pinto.....PS

**2ª SECRETÁRIA** - Mafalda Sofia Mendes Azenha.....PS

**MEMBROS** - Mário João Menezes Paiva .....PS

José Manuel Pereira da Costa .....SOMOS FIGUEIRA

Ana Margarida Pinto da Cunha .....PS

João Gomes Lopes .....SOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia .....PS

Fausto Fernando Santos Loureiro .....PS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco .....SOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz .....CDU

Lúis Manuel Mendes Ribeiro .....PS

Vânia Isabel Duarte Batista .....SOMOS FIGUEIRA

Ana Raquel Mendes Correia .....PS

Carlos Manuel da Silva Rabadão .....SOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva Antunes .....PS

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares .....PS

Mário da Silva Esteves .....SOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves .....CDU

Fernando Miguel Gonçalves Pereira .....PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa .....SOMOS FIGUEIRA

José Charana Pequeno .....PS

Natália Jerónimo Pires .....SOMOS FIGUEIRA

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos .....BE

Carlos Cabete Cação de Jesus .....SOMOS FIGUEIRA

Mário Alberto Gomes Oliveira .....CDU

Carla Eduarda Ferraz Silva dos Santos .....SOMOS FIGUEIRA

### **PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA**

**(Alhadas)** Jorge Manuel Bugalho da Silva .....PS

**(Alqueidão)** Luís Miguel Martins Bento .....PS

**(Bom Sucesso)** Mário Fajardo Acúrcio .....INDEPENDENTE



(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares .....	PS
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro .....	PS
(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira .....	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias .....	SOMOS FIGUEIRA
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada .....	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues .....	SOMOS FIGUEIRA
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto .....	PS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques Lorigo .....	PS
(São Pedro)	António Samuel Pereira Matias .....	PS
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno .....	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão .....	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

**SUBSTITUIÇÕES**

Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais por Carlos Cabete Cação de Jesus, Ana Elisabete Laborda Oliveira por Carla Eduarda Ferraz Silva dos Santos, e José Augusto Fernandes Mateus por José Charana Pequeno.-----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**

Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais, Ana Elisabete Laborda Oliveira, e José Augusto Fernandes Mateus.-----

**A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Solicitava a retirada deste ponto, na medida em que não foi possível enviar atempadamente aos deputados municipais a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2013."-----

**A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, retirar da ordem de trabalhos a aprovação da ata da sessão extraordinária de 29 de novembro de 2013.**-----

**1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

**SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, nomeadamente:-----

"- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e onde a Assembleia Municipal se fez representar:-----

- Do Centro de Cultura e Desporto do Município da Figueira da Foz um convite para a tomada de posse da direção para o biénio 2014/2015, que ocorreu no dia 03 de janeiro no Salão Nobre dos Paços do Concelho;-----



- Um convite conjunto do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e da Direção da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para a Cerimónia de assinatura de um protocolo de cooperação visando o tratamento do acervo de documentação desta última, no dia 09 de janeiro de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;-----
- Um convite conjunto do Presidente da Câmara e do Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante Luis Macieira Cardoso, para a Conferência "Apoio Oceanográfico à Segurança Marítima na Figueira da Foz", no dia 17 de janeiro de 2014, no Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz;-----
- Um convite do Capitão do Porto da Figueira da Foz para a cerimónia de entrega de uma nova embarcação Salva Vidas, no dia 17 de janeiro, na Receção da Marina da Figueira da Foz;-----
- Do Grupo Parlamentar «Os Verdes» a resposta do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia à pergunta sobre as descargas de águas residuais a céu aberto, Praia de Quiaios, a qual foi enviada a todos os deputados;
- Um ofício da Associação 25 de Abril dando nota das suas iniciativas em relação ao ciclo de comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril;-----
- Uma informação jurídica da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a eventual incompatibilidade do exercício de funções docentes no Ensino Superior Politécnico e de membro de uma Assembleia Municipal;-----
- Um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando nota da realização de um Seminário subordinado ao tema «Delegação de Competências no âmbito do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro». Todos os documentos de suporte a este Seminário foram enviados aos deputados municipais;-----
- O Grupo Parlamentar «Os Verdes» enviou para conhecimento as questões dirigidas ao Ministério das Finanças pelos Deputados da República José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre o encerramento de Repartições de Finanças no Distrito Coimbra, e que foram encaminhadas para todos os deputados;-----
- um convite do Presidente da Câmara para a apresentação pública do Plano de Gestão do Risco de Incêndio Urbano para a Zona Antiga da Figueira da Foz, no dia 30 de janeiro, no Pequeno Auditório do Centro de Artes e Espetáculos;-----
- Um convite da Junta de Freguesia de Buarcos para a Prova de Corta-Mato Escolar São Julião realizada no dia 22 de janeiro nas Abadias;-----
- Um convite do Centro de Cultura e Desporto do Município da Figueira da Foz para



o seu II Sarau Cultural, no dia 28 de fevereiro, no Centro de Artes e Espetáculos;

-----  
- Um convite conjunto do Presidente da Câmara e da RFM, para a Conferência de Imprensa de apresentação da «3.ª Edição do RFM Somnii - O Maior Sunset de Sempre», no dia 27 de fevereiro de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.”-----  
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

## 2. - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Município José Carvalho.-----

**JOSÉ CARVALHO:** “É preciso ter fé - É preciso acreditar!-----  
Nesta curta intervenção, por força das normas regimentais, fazendo uso da legitimidade concedida pela comissão executiva do denominado movimento cívico «Pela Vida contra o Caulino», não vou fazer uma dissecação do gravíssimo problema que envolve a matéria versada no Aviso n.º 15396/2013, publicado no Diário da República 2.ª Série, de 19 de dezembro, no que concerne à requerida concessão para a exploração do caulino, para as visadas freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova/Santana, remetendo para V. Ex.ªs todo o conteúdo substancial constante na reclamação formalizada por este Movimento Cívico, entregue em mão na Direção Geral de Energia e Geologia em 18 do corrente Mês e de que foi dado conhecimento a esta Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, à Câmara Municipal, às Juntas de Freguesia referidas, para conhecimento das respetivas Assembleias de Freguesia e a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.-----  
Sabendo que esta Câmara vai abordar o tema e previsivelmente tomar posição sobre tão relevante matéria, usando as competências legais consignadas na alínea j) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com a retificação 50-A/2013, de 11 de novembro, apenas nos resta confiar nos sinais dos nossos políticos locais que foram eleitos pelo povo para o defender e para zelar com empenhamento e dedicação pelos seus direitos e legítimos interesses, sempre na prossecução do interesse público e da legalidade, que até são manifestamente atropelados se houver decisão favorável na petição deduzida pela empresa Motomineral, S.A., em reporte no famigerado Aviso do Diário da República antes referido.-----  
Vamos aguardar com fé, pela deliberação de V. Ex.ªs, porque é preciso acreditar! Usando agora os meus deveres e direitos cívicos, como habitante de coração da Freguesia de Bom Sucesso, impõe-se-me esta oportunidade de fazer eco nesta casa de problemas gravíssimos que vão dizimando esta terra, por atos de omissões perpetrados por políticos ou por parceiros preferidos dos mesmos, umas vezes com



a sua génese mais local, outras por emanção do poder central.-----

Vejam os:-----

Os flagelos por ação:-----

1 - A A17 - Na invocação do interesse público geral foi-nos imposta uma autoestrada que só trouxe desgraça a esta terra - dividiu-se uma Freguesia, expropriaram-se as melhores terras da autarquia, a qualidade de vida das populações foi gravosamente lesada com a poluição sonora e do ar e na sua funcionalidade não decorrem aparentes benefícios para os habitantes desta região que nem têm qualquer porta de entrada e saída para a mesma dentro do seu território e farão uso dela muito esporadicamente e de forma muito casuística; apesar dos seus custos não descongestionou o trânsito da Estrada Nacional 109 que começa a ser um flagelo.- Temos agora duas linhas paralelas de grande poluição a atravessar e a espartilhar a Freguesia.-----

2 - O Caulino - Tema já abordado - Do famigerado processo do caulino espera-se que não seja a terceira via da desgraça e da destruição da qualidade de vida mínima para estas populações.-----

3 - O Saneamento na Freguesia - Por parceria, estabelecida em tempos idos, entre a nossa Câmara Municipal e a Águas da Figueira, S.A., esta ficou com a concessão de exploração das águas e sua distribuição pública na área do Município e com a obrigação inclusa de ir implementando o saneamento básico na mesma área regional. Quanto à água, a empresa concessionária oferece-nos uma água que tem a virtualidade de ser das mais caras do país. Veja-se que há meses em que numa casa da área do Concelho da Figueira da Foz, com um uso de poucas horas nos fins de semana, chega a ter uma faturação idêntica ou superior a um imóvel de Coimbra, onde o mesmo agregado familiar, muitas vezes até ampliado, faz um consumo diário normal. Espanta, como é possível acontecer isto! A razão está à vista - são as taxas e os parâmetros dessa taxação que são manifestamente injustos e até inoportáveis!-- Quanto ao saneamento, sem pretender fazer críticas gratuitas, mas apenas alertar no âmbito do conhecimento empírico de que sou capaz, importará colocar aqui a seguinte e primordial questão:-----

Terá sido bem construída a rede de saneamento em toda a região Norte que abrange parte do Bom Sucesso, parte da Ferreira-a-Nova, Santana e Moinhos da Gândara? - Aparentemente parece-me que não, até porque, em toda esta área geográfica ampla a Águas da Figueira, S.A., na reposição do pavimento deixou a rede viária que era de tapete de qualidade, com irregularidades anormais, que até oferece muitos



cuidados para os condutores que ali transitam. Temos em cada estrada, em cada rua, em cada beco onde passou essa rede de saneamento um rego enorme de declive, que obriga os condutores a irem fazendo uma autêntica gincana, sempre com um cuidado redobrado, naturalmente sempre sujeitos a um risco acrescido.-----

Permitam-me que particularize o caso de Bom Sucesso. Aqui as características desta parcial rede de saneamento chegam ao ponto de, nos invernos mais rigorosos, desaguar parte dos seus efluentes para a Lagoa da Vela.-----

A propósito, recentemente, veio a público no jornal «Diário As Beiras» um artigo que retrata o problema gravíssimo que se está a passar nesta Freguesia! O que se reteve das declarações alegadamente referidas como sendo do administrador principal desta empresa foi a de que a bombagem que estava a ser efetuada da conduta do saneamento, a céu aberto, para desaguar na Lagoa da Vela estava autorizada pelas entidades ambientais e o líquido que era expelido era água boa! Pergunta-se: Será água tão boa que até se pode beber? Bem, como é preciso ter fé e acreditar, temos de ter a prova de que assim é: ficaremos a aguardar que esse senhor administrador nos faça chegar informação de quem o autorizou a fazer aquela manobra de recurso e que pegue num copo e à nossa frente beba então um copo daquela água de qualidade. Assim, nós começaremos a acreditar! - Porque são precisos sinais visíveis, concretos e inequívocos para ter fé e acreditar!-----

Senhor Presidente e senhores deputados municipais, esta questão do saneamento, principalmente na área da Freguesia de Bom Sucesso, tem de ser vista com sentido de responsabilidade.-----

Para nós, e até que nos provem o contrário, o que se verifica ali, com os atos descritos, poderá consubstanciar um hediondo crime ambiental, perpetrado precisamente por quem tem a imperiosa obrigação de evitar a poluição do ambiente e dos solos e, no caso, da Lagoa da Vela, numa altura em que se fala na sua reabilitação.-----

A situação é pertinente e tem de ser tratada com a dignidade que merece!-----

Os Flagelos decorrentes das Omissões:-----

1 - A Lagoa da Vela:-----

Este lago natural é um dos maiores da Península Ibérica.-----

Em tempo de eleições, sempre foi objeto das visitas dos políticos que aí faziam juramentos e apregoavam a sua recuperação e desenvolvimento das suas imediações como uma das suas bandeiras. Rotulei-a como «O Palco dos Enganos».-----

Dum projeto turístico de envergadura, dum Campo de Golfe de não sei quantos



buracos, numa região ambiental protegida e a proteger, onde até se falava na proteção especial de muitas espécies raras de fauna e da flora, numa zona onde até se viam lince ibéricos, espécie animal belíssima em vias de extinção, este local outrora paradisíaco virou isso sim, como já foi dito, em estação sem tratamento de efluentes da rede de saneamento básico da Freguesia, o que acelera a sua morte. Senhor Presidente, senhores deputados municipais, é preciso que a Lagoa da Vela seja salva, enquanto há tempo!-----

Aguardamos que a sua reabilitação, agora falada, seja finalmente concretizada, para que não passe de mais um engano a somar a tantos que já nos ofertaram. Vamos aguardar pelos sinais para acreditar e para termos fé.-----

2 - A Rede Viária na Freguesia:-----

De há anos a esta parte que não se veem intervenções relevantes no âmbito da rede viária que começa a estar em estado calamitoso.-----

Tempos houve em que a rede viária desta autarquia era das melhores do Concelho (no âmbito rural). Pelo que conheço, neste momento será, sem sombra de dúvidas, a pior.-----

Existem mesmo alguns quilómetros (2,5/3 Kms) que estão praticamente intransitáveis, onde qualquer veículo automóvel só passa em primeira ou segunda (caso das ruas de Martinhas, Regateiros e sua ligação à Lomba do Pau).-----

Sabemos das dificuldades e limitações dos órgãos autárquicos da Freguesia, decorrentes de vicissitudes de natureza financeira, que não lhes podem ser assacadas e que não podemos aqui dissecar, até por falta de informação detalhada. Porém, o povo humilde desta região não pode continuar a sofrer este flagelo, e tem direito a um mínimo de dignidade.-----

É imperioso que esta Freguesia volte ao mapa, exista e preocupe os políticos que nos hão de dar sinais para que, também aqui e no âmbito desta matéria, voltarmos a ter fé e acreditar."-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

### 3. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

#### A - MOÇÃO «PELA POPULAÇÃO, NÃO AO CAULINO»

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal Fernando Miguel Pereira.-----

**FERNANDO MIGUEL PEREIRA:** "É com natural preocupação, que assistimos ao processo de pedido de concessão de exploração de depósitos minerais de caulino, na área denominada Pocinho, localizado nas Freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova,





no Concelho da Figueira da Foz e Freguesia da Tocha, Concelho de Cantanhede.----  
Uma exploração desta natureza, nunca será de curto e médio prazo, será sempre de longo prazo, ultrapassando gerações, daí que todas e quaisquer medidas a adotar terá de ser sempre ponderadas, analisadas e discutidas com as populações, com o poder local, com os organismos estatais, com os possíveis concessionários, com especialistas ambientais, com as universidades, de forma a acautelar um legado intra-geracional de qualidade.-----

Diz o ditado popular que «Cautelas e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém...», para esse efeito em termos de ação para as atuais circunstâncias, logo que existiu conhecimento do Aviso n.º 15396/2013, publicado em 19 de dezembro de 2013, foram desenvolvidas diversas ações em consonância com a Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova, Junta de Freguesia de Bom Sucesso e Câmara Municipal, no sentido de compreender toda a complexidade do processo.-----

As referidas Juntas de Freguesia comunicaram à Câmara Municipal os seus Anseios. As Juntas de Freguesia emitiram também a 10 de janeiro de 2014 um Aviso/Informação à população informando do período de reclamação, indicando a Morada de Reclamação ou a assinatura de um Abaixo-Assinado na sede das mesmas.-----

A Câmara Municipal na pessoa da Sr.ª Vereadora Ana Carvalho Oliveira, emitiu parecer de pronúncia, com carácter sério para a Direção Geral de Minas e Geologia, invocando todas as dúvidas, devidamente enquadradas no quadro legislativo, manifestando tal como as Juntas de Freguesia a sua preocupação para com as populações, no desenvolvimento deste processo.-----

A Câmara Municipal solicitou uma reunião de carácter de urgência com os representantes da empresa Motomineral - Minerais Industriais, S.A., ao que a empresa acedeu com a máxima celeridade, assim como a sua participação nas sessões de esclarecimento em Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova.-----

Este procedimento, teve como fundamento, conhecer toda a complexidade do processo de forma ponderada, não emitindo juízo de valor final sem conhecimento integral de toda a envolvência. Não basta dizer que não, temos que fundamentar porquê, em defesa das nossas populações.-----

Uma exploração deste tipo pode durar décadas, começar daqui a um ano ou daqui a vinte anos, tudo tem que ser bem esclarecido.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova, continuou a efetuar diligências, contactou a Quercus, que esteve presente na sessão de esclarecimento de Ferreira-a-Nova, a Apav e a própria Direção Geral de Minas e Geologia, que se



prontificou também a efetuar uma nova sessão de esclarecimento, caso fosse necessário.-----

~Realizaram-se, pois, duas sessões de esclarecimento, recolheram-se elementos objetivos e quantitativos, a nível social, ambiental e económico, referentes a impactos negativos que uma exploração desta natureza traria à população, dados esses devidamente elencados nos pareceres das respetivas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia.-----

Após esta breve introdução, convém enaltecer neste processo a postura da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, das populações, pela sua participação cívica, das Assembleias de Freguesia, num exercício único de democracia no nosso Concelho da Figueira da Foz, que juntou instituições e população a falarem a uma só voz.-----

O grupo municipal do Partido Socialista, que desde o conhecimento público desta situação a acompanhou de perto, estando também diretamente envolvido na sua resolução, vem convidar todas as restantes políticas a subscrever a sua posição/moção de manifestamente contra a concessão de exploração de depósitos minerais de caulinos, na área denominada Pocinho, localizado nas Freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, no Concelho da Figueira da Foz e Freguesia da Tocha, no Concelho de Cantanhede, estando ao lado e em defesa da vontade das populações, e dos pareceres contra a exploração emitidos pelas Juntas de Freguesia Assembleias de Freguesia de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova e pela própria Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

Solicitamos desta forma a sujeição a votação da presente Moção: «Pela população, Não ao Caulino».-----

Após a aprovação esta Moção será endereçada pela Assembleia Municipal da Figueira da Foz para a Direção Geral de Minas e Pedreiras da Direção Geral de Energia e Geologia, como posição da Assembleia Municipal da Figueira da Foz;-----

Deverá também ser endereçada, incluindo como anexos os pareceres das Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia e Câmara Municipal para a Assembleia da República, Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Secretário de Estado do Ambiente, Secretário de Estado da Energia, Secretário de Estado do Ordenamento do Território, Ministra da Agricultura e do Mar, secretário de Estado da Agricultura, e Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural. Deverá também ainda ser endereçada para conhecimento para a Junta de Freguesia de Bom Sucesso, Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova, Assembleia de Freguesia de Bom



Sucesso, Assembleia de Freguesia de Ferreira-a-Nova, Assembleia Municipal de Cantanhede e Assembleia Municipal de Pombal.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Embora não corresponda propriamente a uma Moção, parecendo-me mais um memorando de tudo o que tem vindo a acontecer neste processo, este documento manifesta a importância de decidirmos aqui levar por diante não só intenções, mas ações no sentido de contrariar a intenção da empresa Motomineral – Minerais Industriais, S.A.-----

Proponho alargar este convite à Câmara Municipal de Soure, na medida em que Soure também está a sofrer este ataque por via de empresas que movimentam este tipo de negócio. Sugeria ainda que no texto lido onde se diz «um exercício único de democracia» relativamente aos cidadãos que se juntaram em torno desta discussão, se dissesse apenas um exercício de democracia, pois não quero crer que seja único. Já aconteceu e vai acontecer mais vezes! A Coligação Democrática Unitária votará, obviamente, a favor deste documento.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

**JOÃO PAULO TOMÉ:** “O Bloco de Esquerda vai apoiar esta iniciativa, no entanto, gostaria, de tecer aqui algumas considerações.-----

É pena que só haja a chamada democracia participativa quando nós nos sentimos pessoalmente atingidos. Temos de usar esta democracia participativa em todos os aspetos da nossa vida diária.-----

Chamava a atenção também para o saneamento básico. Nas visitas que fizemos a todas as freguesias, pudemos constatar que é grave, extremamente grave, o que se passa na Freguesia de Bom Sucesso. Não sei como foi possível fazer-se um projeto de saneamento básico sem ter em conta problemas básicos. Iria correr mal, já o esperávamos.-----

As populações não podem ficar caladas, é preciso que promovam ações que chamem a atenção de quem é eleito para os representar. É no terreno e na prática que devem lutar pela sua qualidade de vida.-----

Este processo de exploração de caulino, a avançar, implicará altos custos a pagar em termos de saúde pública. Ter fé não basta! Todos juntos somos capazes de querer! Contem com o Bloco de Esquerda.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

**JOÃO FILIPE CARRONDA:** “A participação das pessoas só acontece quando lhes pisam os «calos». Neste momento, é importante que não nos digladiemos, mas que nos



juntemos para levar para a frente os nossos propósitos.-----  
A exploração dos caulinos é muito má para as pessoas que residem nessas áreas. Em tempos idos, tivemos uma situação idêntica em Maiorca por causa do aterro sanitário. Foi a luta da população de Maiorca e de mais uns carolas, apoiantes deste tipo de causas, que evitou a concretização da construção do famigerado aterro. Muito se deve agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca de então, Senhor Ligeiro, que fez um trabalho notável em relação à sua Freguesia, solicitando sucessivos pareceres técnico-científicos que levou ao arrepiar do caminho que as coisas tomavam.-----

Da minha parte estarei ao vosso lado e, estou certo, que todos nesta casa da democracia também o estarão."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Filipe Humberto Dias.-----

**FILIFE HUMBERTO DIAS:** "Maiorca está solidária com as populações de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova na sua luta contra a instalação de uma exploração de Caulino no Pocinho. Aliás, a Junta de Freguesia de Maiorca subscreve também esta Moção."---

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

**JOSÉ PEREIRA DA COSTA:** "Em primeiro lugar, quero saudar a presença de público a assistir às sessões da Assembleia Municipal, cuja presença, independentemente do motivo da sua vinda e do teor das suas razões, enriquecem imenso este órgão.----  
Queria aqui dizer que no outro dia ouvi alguém queixar-se das obras do prolongamento do Molhe e hoje ouvi o cidadão José Carvalho queixar-se das desgraças da A17. E eu, que dentro desta instituição sou o que na política anda na Figueira da Foz há mais anos, devo dizer que a Coligação Somos Figueira lutou por essas duas obras, isto sem prejuízo de reconhecer que possam necessitar de alguns ajustamentos. Nós não podemos passar vinte anos a reclamar as coisas e depois delas feitas passar a criticá-las consecutivamente!-----

Nós concordamos com o teor desta Moção, acho apenas que ela deveria ser subscrita por todas as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal, e gostaria de propor isso mesmo ao Partido Socialista."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Mário Fajardo Acúrcio.-----

**MÁRIO FAJARDO ACÚRCIO:** "Sobre as questões do caulino e do saneamento que a todos nos estão a afetar, principalmente no Norte do Concelho da Figueira da Foz, queria afirmar que o executivo da Junta de Freguesia de Bom Sucesso esteve, está e estará sempre ao lado da sua população.-----

Congratulámo-nos com a criação deste Movimento. Vivemos em democracia e os cidadãos



são livres de manifestar as suas opiniões e dar as suas sugestões. Penso que estas foram apresentadas no local próprio, na hora certa e da nossa parte, executivo da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, terão todo o nosso apoio.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Carlos Manuel Rabadão.-----

**CARLOS MANUEL RABADÃO:** “É de enaltecer o empenhamento e a intervenção da população de Bom Sucesso nesta questão dos Caulinos.-----

Sei de alguns dos problemas que me preocupam, designadamente em termos de infraestruturas, e de efluentes a desaguar na Lagoa da Vela. A acontecer, e eu acredito no que foi dito hoje nesta sala, isto constitui de alguma forma um crime ambiental. O administrador da Águas da Figueira, S.A. deu uma entrevista afirmando que, entretanto, a empresa vai continuar a fazer as descargas para as valas, tal como se faz em qualquer parte do mundo nestas situações, e a água que drenam para a vala é boa, não está contaminada e é melhor que a água da própria Lagoa da Vela. Seria interessante recebermos a informação de quando começou a descarga. Não se pode compactuar com este tipo de afirmações! Tem de haver uma ação incisiva por parte da Câmara Municipal da Figueira da Foz para a Águas da Figueira, S.A. terminar com este tipo de atuação. Não é pelo facto de a água ser melhor que a da Lagoa da Vela, que temos de tolerar este tipo de afirmações.-----

Existirá algum levantamento feito pela empresa em relação a este tipo de situações? Se não há, seria importante que houvesse para se resolverem estes problemas.----

Em termos de infraestruturas preocupam-me as ruas intransitáveis, estradas degradadas, o estado lastimável da denominada Estrada de Enforca Cães, a Lagoa das Braças, etc. A Praia da Costinha poderia ser direcionada para outro tipo de turismo. Recordo as promessas eleitorais de várias forças políticas, como por exemplo, a ligação da A17 à Praia de Quiaios e Estrada da Tocha. Estas vias estruturantes deveriam ser ponderadas no Quadro Comunitário de Apoio. Marinha Grande, Alcobaça, Pombal e outros Municípios aproveitaram os financiamentos comunitários para arranjar este tipo de infraestruturas.-----

Qual o ponto de situação do Plano de Requalificação das Lagoas do Litoral Centro? Onde se encontra o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que há muito tempo anda a ser discutido e, também, a ser adiado de ano para ano? Quais são os principais constrangimentos e para quando está prevista a sua entrada em vigor? Qual o posicionamento da Câmara Municipal em termos de recursos turísticos?”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

**NUNO MELO BISCAIA:** “O grupo municipal do Partido Socialista congratula-se com a



presença dos munícipes nesta sessão. É salutar que as populações se dirijam ao órgão máximo local para exporem as suas dúvidas e angústias, enfim, se preocupem com o que é seu e é publico.-----

Também uma congratulação à Assembleia de Freguesia de Ferreira-a-Nova que nos remeteu uma reclamação relativamente à concessão de exploração de depósitos minerais de caulinos. E de facto, foi este texto e a preocupação ínsita no mesmo, que sensibilizou o Partido Socialista, e foi de certa maneira, a motivação da apresentação desta Moção. Solicita-se que esta Moção seja subscrita por todas as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal, e são bem vindas as recomendações da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

**SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO:** “Agradeço a solidariedade demonstrada por todos vós em relação a este processo dos caulinos, que afetando as Freguesias de Ferreira-a-Nova e de Bom Sucesso, de uma forma ou de outra, acabará por afetar também a população de todo o Concelho. Queria dizer-vos que antes de nos podermos manifestar, temos de procurar informação, e tivemos de recorrer a entidades competentes, e também a técnicos capacitados para o efeito.-----

Este processo não está fechado, temos previstas algumas sessões de esclarecimento. Com alguma tristeza da minha parte, algumas das sessões de esclarecimentos já promovidas serviram mais para ataques pessoais e políticos do que para esclarecimento das populações.-----

Quer a Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova quer a de Bom Sucesso tudo fizeram para esclarecer as suas populações, mas certamente, ainda haverão muitas dúvidas e, é nesse sentido, que eu reafirmo não ser este um processo fechado.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Jorge Bugalho Silva.-----

**JORGE BUGALHO SILVA:** “Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alhadas, também me solidarizo com esta causa contra a concessão de exploração dos caulinos. Sendo um estreante no uso da palavra nesta Assembleia Municipal, aproveito, ainda, esta oportunidade para parabenizar a Câmara Municipal pelo facto de ter submetido uma candidatura para a construção da Extensão de Saúde de Lavos e do Centro de Saúde de Alhadas, que acabou por ser aceite. Estendo os meus parabéns, porque não, ao Presidente da Junta de Freguesia de Lavos que viu positivamente resolvido este assunto e a melhoria das condições de saúde dos seus fregueses.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----



**FERNANDO MIGUEL PEREIRA:** "Estou contente com a congregação de todos os deputados municipais a esta Moção apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista. Concordo com os reparos da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz em alargar este convite à Câmara Municipal de Soure, na medida em que Soure também está a sofrer este ataque por via de empresas que movimentam este tipo de negócio, e em relação ao texto aparecer apenas a menção de «...um exercício de democracia...» relativamente aos cidadãos que se juntaram em torno da discussão."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Agradeço as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Alhadas sobre a questão da Extensão de Saúde de Lavos, e digo-lhe que também eu gostaria de ver o assunto do Centro de Saúde de Alhadas resolvido, porque já se arrasta há muitos anos. Seria da mais elementar justiça que o Centro de Saúde de Alhadas se concretizasse!-----

Agora, queria fazer uma pequena intervenção sobre esta questão dos caulinos.-----  
Ando aqui há muitos anos, mas não represento nenhum partido político nem qualquer ideologia política, e não estou ao serviço de nenhuns interesses de qualquer espécie. Quero felicitar também a presença nesta Assembleia Municipal dos fregueses de Bom Sucesso e de Ferreira-a-Nova, se este seu ato significar uma tomada de consciência de que às populações compete resolver os seus próprios problemas. Não me admira a presença aqui do cidadão José Carvalho porque esta coisa da política mete-se no sangue, é um vírus que nunca mais sai.-----

Recordo-me de quando a Soporcel se pretendeu instalar em Lavos se gerou um movimento de contestação contra a sua implantação, porque se esta empresa ali se instalasse morria tudo em Lavos e nas redondezas. A Soporcel está lá e, embora tenha alguns inconvenientes, não se pode ter tudo de bom, mas a verdade é que está lá há muitos anos e oxalá se mantenha por muitos mais. Depois, pretendeu-se instalar um Aterro Sanitário em Maiorca, houve para aí uma contestação do arco da velha, mas não me consta que, direta ou indiretamente, alguém tenha morrido em locais onde foram instalados aterros sanitários. Mais tarde, foi a vez de pretenderam instalar uma Central térmica a carvão o que mobilizou fortes ondas de contestação. E a verdade é que a Central Térmica foi para Rans.-----

Eu estou solidário com as populações quando estejam em causa interesses, sejam eles de ordem económica ou de saúde, mas eu não vou votar a favor desta Moção. Vou abster-me porque eu não conheço quais são ou quais poderão ser as consequências negativas da exploração do caulino. E como este assunto ainda vai fazer correr



muita água por baixo das pontes, e a posição definitiva ainda há de ser tomada, não sendo qualquer decisão tomada nesta Assembleia Municipal definitiva, não quero ser injusto, por isso vou-me abster.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

**JOÃO PAULO TOMÉ:** “Os Presidente das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova devem convidar o deputado municipal José Elísio Oliveira para as sessões de esclarecimento relacionadas com a exploração dos caulinos. Respeito inteiramente a posição assumida pelo deputado municipal, mas pessoalmente eu considero que o abstencionismo funciona quando lhe dá jeito.-----

Já todos nós aqui chegamos à conclusão que, salvo uma abstenção, seremos todos a favor da Moção apresentada, com as devidas emendas. Não me interessa quem foi inicialmente o partido subscritor da mesma, eu assumo o voto a favor do Bloco de Esquerda.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Paulo Querido Oliveira.-----

**PAULO QUERIDO OLIVEIRA:** “Em relação à questão da exploração dos caulinos quero dar os parabéns aos Presidentes de Junta de Freguesia e afirmar que, embora Moinhos da Gândara não seja afetada, a nossa Freguesia estará solidária com a de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova. Nós também somos contra a exploração dos caulinos porque afetaria hectares de terrenos de forma irrecuperável!”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Entretanto, no decorrer da discussão, soube uns factos que gostaria de partilhar com a Assembleia Municipal. Para além dos Concelhos já mencionados, temos de nos lembrar dos Concelho vizinhos e estou-me a referir, nomeadamente a Miranda do Corvo e Lousã, onde me parece haver também intenções de explorar caulino, se não houver intervenção dos órgãos competentes e uma ação mais significativa das populações envolvidas.-----

Nos Estados Unidos da América, que não são propriamente o nosso modelo de desenvolvimento, a exploração deste tipo de matérias só é permitida por lei com um afastamento mínimo de 50 Km das populações mais próximas. Não deve ser porque faz bem, deve ser pela razão inversa!!!-----

Em relação a outros problemas de saúde pública, alguns já aqui levantados e outros por arrastamento da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, eu dir-lhe-ei que nós não sabemos de que morrem as pessoas. Todos os dias, a todas as horas, infelizmente, uma vida se acaba e não chegamos a saber as causas. Por exemplo, eu não sei quantas vidas já se perderam neste Concelho por causa dos





tumores da mama. É uma coisa que me preocupa.-----  
Que as pessoas perderam qualidade de vida, perderam, se essa qualidade de vida as levou a um final da mesma em virtude da instalação de determinadas estruturas no nosso Concelho, isso não sei com certeza absoluta. Portanto, este tipo de discurso é um bocadinho perigoso, deputado municipal José Elísio Oliveira.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

**FERNANDO MIGUEL PEREIRA:** “Gostei de ouvir o deputado municipal José Elísio Oliveira, e vou explicar porquê. Porque Lavos sempre teve desde há muitos anos uma zona industrializada, mas Ferreira-a-Nova e Bom Sucesso não tiveram essa possibilidade, e as suas gentes tiveram de se fazer à vida, com base na terra que é o que sustenta aquela zona.-----

Concordo, tal como afirmou, que nós antes de decidirmos temos de estar informados. Mesmo naquela vidinha eu vou-vos dar alguns números. O projeto de eletricidade de rega custou há 25,30, 35 anos, 93.000 contos. São 75 baixadas de regadio, 180 agregados familiares diretamente afetados, equivalente a 900 pessoas. Na Freguesia de Ferreira-a-Nova existem 1.402 cabeças de gado bovino e no Bom Sucesso 1.203. A Freguesia de Ferreira-a-Nova produz anualmente 03.350.054 Kg de leite.-----  
Trata-se de gente humilde, trabalhadora e dedicada. Infelizmente, não somos uma zona industrializada, somos uma zona agrícola, e temos muito orgulho em todos os dias fazermos algo para que todos possamos comer.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

**JOÃO FILIPE CARRONDA:** “Manifesto aqui o meu total apoio à Moção. Na Leirosa não há lençóis freáticos? Na Leirosa e em Lavos com a instalação da celulose há poluição constante. O Aterro Sanitário foi uma desgraça.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** “Não é verdade o que o deputado municipal João Filipe Carronda afirmou, e eu posso justificar porquê.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

**JOSÉ PEREIRA DA COSTA:** “Gostaria que ficasse em ata que esta Moção é subscrita por todas as forças políticas desta Assembleia Municipal.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou de imediato à votação da Moção cujo texto final se transcreve:-----

«É com natural preocupação, que assistimos ao processo de pedido de concessão de exploração de depósitos minerais de caulino, na área denominada Pocinho, localizado



nas freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, no concelho da Figueira da Foz e freguesia da Tocha, concelho de Cantanhede.-----

Uma exploração desta natureza, nunca será de curto e médio prazo, será sempre de longo prazo, ultrapassando gerações, daí que todas e quaisquer medidas a adotar terão de ser sempre ponderadas, analisadas e discutidas com as populações, com o poder local, com os organismos estatais, com os possíveis concessionários, com especialistas ambientais, com as universidades, de forma a acautelar um legado intra-geracional de qualidade.-----

Diz o ditado popular que "Cautelas e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém...", para esse efeito em termos de ação para as atuais circunstâncias, logo que existiu conhecimento do Aviso n.º 15396/2013, publicado em 19 de dezembro de 2013, foram desenvolvidas diversas ações em consonância com a Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova, Junta de Freguesia do Bom Sucesso e Câmara Municipal, no sentido de compreender toda a complexidade do processo.-----

As referidas juntas de freguesia comunicaram à Câmara Municipal os seus Anseios. As Juntas de freguesia emitiram também a 10 de janeiro de 2014 um Aviso/Informação à população informando do período de reclamação, indicando a Morada de Reclamação ou a assinatura de um Abaixo-Assinado na sede das mesmas.-----

A Câmara Municipal na Pessoa da Sr.ª Vereadora Ana Carvalho, emitiu parecer de pronúncia, com carácter sério para Direcção Geral de Minas e Geologia, invocando todas as dúvidas, devidamente enquadradas no quadro legislativo, manifestando tal como as Juntas de freguesia a sua preocupação para com as populações, no desenvolvimento deste processo.-----

A Câmara Municipal solicitou uma reunião de carácter de urgência com os Representantes da Empresa Motamineral-Minerais Industriais S.A., ao que a empresa acedeu com a máxima celeridade, assim como a sua participação nas sessões de esclarecimento em Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova.-----

Este procedimento, teve como fundamento, conhecer toda a complexidade do processo de forma ponderada, não emitindo juízo de valor final sem conhecimento integral de toda a envolvência. Não basta dizer que não, temos que fundamentar porquê, em defesa das nossas populações.-----

Uma exploração deste tipo pode durar décadas, começar daqui a um ano ou daqui a 20 anos, tudo tem que ser bem esclarecido.-----

A Sr.ª Presidente de Junta de Ferreira-a-Nova, continuou a efetuar diligências, contactou a Quercus, que esteve presente na sessão de esclarecimento de Ferreira-



a-Nova, a Apav e a própria Direcção Geral de Minas e Geologia, que se prontificou também a efetuar uma nova sessão de esclarecimento, caso fosse necessário.-----  
Realizaram-se, pois, duas sessões de esclarecimento, recolheram-se elementos objetivos e quantitativos, a nível social, ambiental e económico, referentes a impactos negativos que uma exploração desta natureza traria á população, dados esses devidamente elencados nos pareceres das respetivas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia.-----

Após esta breve introdução, convém enaltecer neste processo a postura das populações, pela sua participação cívica, da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, das Assembleias de Freguesia, num exercício de democracia no nosso concelho da Figueira da Foz, que juntou instituições e população a falarem a uma só voz.-----

O grupo parlamentar do partido Socialista, que desde o conhecimento público desta situação a acompanhou de perto, estando também diretamente envolvido na sua resolução, vem convidar todas as restantes forças políticas a subscrever a sua posição/moção de manifestamente contra a concessão de exploração de depósitos minerais de caulino, na área denominada Pocinho, localizado nas freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, no concelho da Figueira da Foz e freguesia da Tocha, concelho de Cantanhede, estando ao lado e em defesa da vontade das populações, e dos pareceres contra a exploração emitidos pelas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova e pela própria Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

Solicitamos desta forma a sujeição a votação da presente moção: "Pela população, Não ao caulino!"-----

Após a aprovação, esta moção será endereçada pela Assembleia Municipal da Figueira da Foz para a Direcção Geral de Minas e Pedreiras da Direcção Geral de Energia e Geologia, como posição da Assembleia Municipal da Figueira da Foz;-----

Deverá também ser endereçada, incluindo como anexos os pareceres das Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia e Câmara Municipal para:-----

Assembleia da República; Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;

Secretário de Estado do Ambiente; Secretário de Estado da Energia; Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza; Ministra da Agricultura e do Mar; Secretário de Estado da Agricultura; Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.-----

Deverá também ainda ser endereçada para conhecimento:-----



Junta de Freguesia de Bom Sucesso; Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova; Junta de Freguesia de Maiorca; Assembleia de Freguesia de Bom Sucesso; Assembleia de Freguesia de Ferreira-a-Nova; Assembleia Municipal de Cantanhede; Assembleia Municipal de Pombal; Câmara Municipal de Soure; Câmara Municipal de Miranda do Corvo; e Câmara Municipal da Lousã.»-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros da Coligação Somos Figueira, Filipe Humberto Dias e Natália Jerónimo Pires, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, e sem votos contra, aprovar a versão final da Moção «Pela população, Não ao Caulino», subscrita conjuntamente pelos grupos municipais do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, manifestando-se contra a concessão de exploração de depósitos minerais de caulino, na área denominada Pocinho, localizado nas freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, no concelho da Figueira da Foz e freguesia da Tocha, concelho de Cantanhede, estando ao lado e em defesa da vontade das populações, e dos pareceres contra a exploração emitidos pelas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova e pela própria Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**B - MOÇÃO DE DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Quero dar conhecimento aos deputados municipais que recebemos da Câmara Municipal de Elvas uma Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos, tendo-nos sido pedido que aproveamos o seu texto e demos conhecimento da nossa decisão aos órgãos de soberania e demais entidades nela mencionadas, bem como à comunicação social. Passo a lê-la:-----

«Considerando que é uma obrigação dos autarcas a defesa dos interesses da população que representam;-----

Considerando que o acesso aos medicamentos para o tratamento mais adequado dos doentes oncológicos está a ser posto em causa, contra os interesses legítimos dessa população que temos a obrigação de defender;-----

Considerando que tal medida afeta milhares de doentes em situação de grande fragilidade e que, lutando contra uma doença grave, não podem estar sujeitos a ações que contribuam para degradar a qualidade dos serviços de saúde que lhes são



prestados;-----  
Importa que todos os cidadãos do país, e os autarcas em particular, tomem conhecimento que o Despacho n.º 13877-A/2013, publicado em Diário da República de 30/10/2013, tem implicações graves para as populações. Essas implicações têm sido amplamente discutidas pela comunidade médica, pela Ordem dos Médicos, pelas associações de defesa dos doentes oncológicos e difundidas pela comunicação social nacional.-----

O Despacho em causa visa limitar o pedido de Autorização Excecional para o uso de terapêuticas inovadoras aos designados Centros Especializados para Utilização Excecional de Medicamentos (CEUEM). A referida limitação abrange os tratamentos para doenças oncológicas e limita os CEUEM a três unidades: os IPO's de Lisboa, Coimbra e Porto.-----

Importa tomar em atenção os argumentos apresentados pela Ordem dos Médicos, pelo seu Colégio de Oncologia e por largas dezenas de médicos oncologistas portugueses que, em documento, contestam esse Despacho do Secretário de Estado da Saúde, por considerarem:-----

- que o referido despacho é "discriminatório para com os doentes afastados dos grandes centros médicos e contrário a um acesso justo e equitativo aos cuidados de saúde, defendendo a sua suspensão imediata";-----
- que o despacho é "atentatório da saúde dos doentes, gerador de profundas desigualdades regionais, afastando os doentes do interior do país da acessibilidade a potenciais terapêuticas, potenciador de racionamento e que se baseia em explicações sem fundamento";-----
- que "os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra são discriminados negativamente no acesso a terapêuticas inovadoras que careçam de autorizações especiais de utilização (AE)";-----
- que "os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra, pelas longas distâncias que passam a ser obrigados a percorrer, alguns já em condições mais débil, são mais rapidamente condenados à morte";-----
- que muitos hospitais do país "passam a ser proibidos de tratar alguns doentes que possam beneficiar de terapêuticas que necessitem de AE do INFARMED!"-----

O Despacho refere ter "o objetivo de reforçar a racionalidade, equidade e excecionalidade do recurso a estas Autorizações Excecionais (AE) para medicamentos dependentes de avaliação prévia pelo INFARMED". Os médicos oncologistas e a Ordem dos Médicos consideram que estas explicações "são enganadoras e as consequências



serão as opostas”, como a seguir apontam:-----

“1 - A autorização de AE não depende do hospital de origem do pedido, mas sim do caso clínico e da fundamentação técnica e científica da utilização do medicamento proposto.-----

2 - Obrigar doentes do interior a percorrer grandes distâncias para poderem ser tratados não gera equidade, bem pelo contrário, agrava tremendamente as desigualdades.-----

3 - Ao afastar os doentes da acessibilidade à terapêutica não se introduz racionalidade, mas sim racionamento geográfico, o que é inadmissível.-----

4 - Os Hospitais que, prejudicando doentes, bloqueavam pedidos de AE, manterão o mesmo comportamento, agora não enviando os doentes para os ditos e limitados Centros Especializados para Utilização Excepcional de Medicamentos (CEUEM).-----

5 - Ao concentrar mais doentes em Hospitais que já têm tempos de espera, vai atrasar-se ainda mais a análise e o processo terapêutico destes doentes, que correrão o risco de morrer antes de receberem o tratamento que lhes pode prolongar significativamente e melhorar a qualidade de vida.-----

6 - Há muitos centros de excelência no tratamento de doenças oftalmológicas e oncológicas fora dos três grandes centros médicos do país, o acesso ao conhecimento científico e aos protocolos terapêuticos é universal, as AE são autorizadas pelo INFARMED, o que garante o seu rigor de aprovação, pelo que o presente Despacho é totalmente desprovido de necessidade e de sentido.-----

7 - O Despacho contraria a responsabilidade científica no exercício da profissão médica e a relação de confiança entre médico e doente para os médicos especialistas que trabalham fora desses centros, porque a sua decisão passou a ter que ser validade por colegas destes centros (quicá até menos graduados e com menor tempo de exercício de especialidade).-----

8 - O significativo número de AE utilizadas pelos médicos para poderem tratar os seus doentes deve-se apenas ao extraordinário atraso, em muitos casos de vários anos, imposto artificialmente pelo INFARMED à aprovação de inovação terapêutica, com graves prejuízos de muitos doentes. Por exemplo, há fármacos na área da Oncologia, sem alternativas terapêuticas, com um atraso de quatro anos na decisão de participação, numa forma explícita e intolerável de racionamento.-----

Atendendo ao aqui exposto, a Câmara Municipal de Elvas, em reunião de 11 de dezembro de 2013, deliberou, por unanimidade:-----

1 - Manifestar a sua total discordância com o teor do Despacho n.º 13877-A/2013,



de 30 de outubro, do Secretário de Estado da Saúde;-----

2 Manifestar a sua total solidariedade com os doentes oncológicos do nosso Concelho, da nossa região e de todo o país;-----

3 - Defender a suspensão imediata deste Despacho e a adoção de medidas por parte do Ministério da Saúde que visem a procura de soluções adequadas ao correto e racional tratamento dos doentes, sem quaisquer disparidades geográficas e sem restrições no acesso a novos medicamentos aprovados na União Europeia;-----

4 - Apoiar as iniciativas da Ordem dos Médicos, do seu Colégio de Oncologia, dos médicos oncologistas e das associações de defesa dos doentes oncológicos contra a implementação deste Despacho e contra todas as medidas que visem racionar, dificultar ou impedir o acesso dos doentes com cancro aos medicamentos que permitam tratá-los com maior eficácia, melhores resultados e nas instituições de maior proximidade;-----

5 - Reconhecer que em todos os hospitais do nosso país onde existem unidades de tratamento de doentes com cancro, há médicos oncologistas com elevada competência, que merecem a confiança dos seus doentes e que, por isso, também merecem o nosso apoio e reconhecimento;-----

6 - Submeter a presente Moção a aprovação da Assembleia Municipal de Elvas;-----

7 - Dar conhecimento da aprovação desta Moção por parte da Câmara Municipal de Elvas a:-----

Sua Excelência o Presidente da República; Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República; Sua Excelência o Primeiro Ministro; Sua Excelência o Ministro da Saúde; Excelentíssima Presidente da Comissão Parlamentar da Saúde; todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Exm.º Bastonário da Ordem dos Médicos; Colégio de Oncologia da Ordem dos Médicos; Associações de Defesa dos Doentes Oncológicos; e Órgãos de Comunicação Social.»-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

**ISABEL GUARDÃO TAVARES:** "A Assembleia Municipal da Figueira da Foz tomou conhecimento do tema da «Moção de Defesa dos Doentes Oncológicos», proveniente da Câmara Municipal de Elvas.-----

Face ao conteúdo da Moção em causa foi decidido pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, apoiar inequivocamente, o conteúdo da mesma.-----

Trata-se de um assunto que diz respeito a todos nós e que deve merecer a nossa maior atenção.-----

É uma questão de Humanismo para com estes doentes.-----



Propõe-se que se dê conhecimento do resultado da votação desta Moção ao Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Saúde, Presidente da Comissão Parlamentar da Saúde, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Bastonário da Ordem dos Médicos, Colégio de Oncologia da Ordem dos Médicos e Associações de Defesa dos Doentes Oncológicos.-----

Deverá ser também dado conhecimento à Câmara Municipal de Elvas.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

**JOSÉ PEREIRA DA COSTA:** “A sensibilidade do assunto impõe que não nos percamos em grandes considerações supérfluas. Direi apenas que a Coligação Somos Figueira votará a favor ambas as Moções, a do Município de Elvas e a do grupo municipal do Partido Socialista.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

**NUNO MELO BISCAIA:** “Eu acho que se impõe a votação da nossa Moção. Quanto à Moção de Elvas não sei se poderemos votar aqui uma Moção que não é saída do nosso próprio órgão?!...”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Penso que faz todo o sentido votarmos a Moção de Elvas e é a resposta inequívoca ao desafio que nos é proposto pelos nossos concidadãos da cidade de Elvas. Porque eles pedem que a sua Moção venha a esta Assembleia Municipal e que ela seja sujeita a votação.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Eu também recebi esta Moção dos Doentes Oncológicos e tive a preocupação de averiguar se o que aqui estava era extensível ao Hospital Distrital da Figueira da Foz.-----

Em 17 de fevereiro, recebi aqui uma informação em que o Hospital Distrital da Figueira da Foz dá nota do Protocolo que celebrou com o Instituto Português de Oncologia, e em que debate este assunto ao nível do nosso Concelho.-----

Se bem se lembram, na altura em que o Hospital Distrital da Figueira da Foz teve problemas de emergência, fizemos uma análise conjunta para apelar à manutenção quer do seu Serviço de Urgência quer da Viatura Médica de Emergência e Reanimação, e a que fosse feita uma parceria com o Instituto Português de Oncologia de Coimbra. A resposta que eu recebi é que não teriam receitas para suportar os custos inerentes para acorrer a este tipo de doenças.-----

O Protocolo celebrado permite que os doentes oncológicos continuem a ser tratados na Figueira da Foz.”-----





**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação das duas Moções.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernando Miguel Pereira e Susana Oliveira Monteiro, deliberou, por unanimidade:**

**1 - aprovar a Moção «Em Defesa dos Doentes Oncológicos», enviada pelo Município de Elvas, que nos solicitou a sua votação em sede desta Assembleia Municipal; ---**

**2 - aprovar a Moção de «Defesa dos Doentes Oncológicos» subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista, manifestando o seu apoio inequívoco ao conteúdo da moção da Câmara Municipal de Elvas por se tratar de um assunto que diz respeito a todos nós e que deve merecer a nossa maior atenção.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**C - MOÇÃO «EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA EM PORTUGAL»**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvana Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "A Escola Pública em Portugal está exposta a ataques dos seus adversários há vários anos, praticamente desde que foi consagrada em lei como garante do acesso de todos os portugueses a uma Educação de qualidade.-----  
Porém, nunca como agora, com este Governo, viu o seu espaço, e o seu futuro, tão claramente postos em causa.-----

Para a progressiva desagregação global do sistema educativo convergem muitos fatores: encerramento de escolas, criação de mega agrupamentos, aumento do número de alunos por turma, alterações curriculares desastrosas, fortes limitações aos apoios a alunos com maiores dificuldades, política criminosa de recursos humanos com o maior despedimento coletivo de professores de que há memória, agravamento da falta generalizada de auxiliares de educação, com graves consequências no funcionamento e na organização escolar, destruição de meios de apoio com o despedimento de psicólogos e outros técnicos de educação.-----

Mas o Governo quer ir ainda mais longe e, por esse motivo, no Orçamento do Estado de 2014 prevê cortar ainda mais no Ensino Público e dar ainda mais dinheiro público ao ensino privado.-----

E se dúvidas restassem sobre a intenção do Governo bastaria olhar para o chamado «Guião» sobre a reforma do Estado. Esse documento defende a privatização do sistema, apontando para diversas modalidades nesse sentido: cheque ensino, novo ciclo de contratos de associação, como a fundação do regressado modelo de escolas independentes noutros países.



No que o Governo não conseguir privatizar pretende alijar responsabilidades, remetendo para os Municípios e para as próprias escolas, empurrando-as para a celebração dos chamados «contratos de autonomia».

Não é a primeira vez que trazemos a esta Assembleia Municipal este assunto, mas, infelizmente, as circunstâncias obrigam-nos a retomar a questão. No entanto, não nos cansamos! Somos persistentes!

Desde já, propomos a esta nova Assembleia Municipal que tome posição sobre esta matéria.

O que se passa com os exames de inglês é escandaloso! o Ministro Nuno Crato encheu-se de orgulho quando anunciou que os exames de inglês tinham a égide da Universidade de Cambridge, o que ele não disse é que os alunos que após o exame de 9.º ano quiserem o Certificado terão de pagar por esse mesmo Certificado 25,00 €. Os alunos podem até fazer exame de inglês todos os anos, mas terão de o pagar.

É contra esta intromissão do setor privado no Sistema de Ensino Público e gratuito, é contra esta perversa promiscuidade que acentua as desigualdades sociais que a Coligação Democrática Unitária mostra a sua indignação e exorta os outros membros desta Assembleia Municipal a fazê-lo aprovando a Moção que se segue:

A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida em 28 de fevereiro de 2014, reivindica uma mudança decisiva da Educação:

Um - exige que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no Sistema Público de Ensino e a adoção de medidas de política educativa que garanta os direitos de acesso e de sucesso dos cidadãos, e se afirme como um recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do país.

Dois - Considera que no momento de crise profunda em que vivemos, que agrava as dificuldades e acentua vertiginosamente a desigualdade social, impondo a muitos portugueses situações de pobreza e de exclusão, na educação, tal como nas áreas sociais e na saúde, são absolutamente exigíveis medidas adicionais de investimento e de discriminação positiva.

Três - Considera que deverão ser rapidamente contidas e invertidas as medidas mais gravosas de modo a recuperar e a garantir o reforço das necessárias políticas de apoio e ação social escolar, recursos humanos, professores, técnicos especializados e auxiliares de educação, assim como a reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa.

Quatro - Afirma a sua disponibilidade de acompanhar estes problemas e a intervir



de modo a contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa.-----

Cinco - Exorta a comunidade educativa, professores, estudantes, funcionários e pais para que tudo façam para manter-se na Escola Pública, reiterando que a Educação em Portugal passa também por uma aposta inequívoca e um investimento efetivo na Educação."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Mudam-se os tempos e mudam-se as vontades! É velho!----- Espanta-me hoje estar a ouvir uma posição da Coligação Democrática Unitária, pela voz da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, contra a construção dos Centros Escolares. Eu fui o único que fui contra quando se começou essa construção! E fui contra por várias razões, entre elas uma que os professores deviam muito bem saber - a construção dos Centros escolares ia aumentar o desemprego.----- Eu também sou contra os investimentos, porque é sempre preciso mais um investimento. Agora, eu nunca vi tanto investimento no Ensino Público a não ser nos últimos anos.-----

Só quem conheceu as escolas como elas eram e quem as conhece como elas são hoje! Também constato que os alunos antigamente sabiam e agora não sabem nada. Portanto, em algum sítio há de estar o mal, mas não me parece que seja nem pela qualidade dos edifícios, nem pela falta dos equipamentos escolares, de bibe, de televisões, jogos, passeios de estudo nem alimentação.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Se se mudam os tempos e as vontades esse não é problema da Coligação Democrática Unitária. Desde sempre tenho estado deste lado, e este lado tem preocupações e uma delas é a Educação.----- E digo ao deputado municipal José Elísio Oliveira que não falei de construção de edifícios. Nesta Moção não há qualquer referência ao tamanho das escolas, de dimensão mínima, pequena, média, grande ou enorme. Não há cá nenhuma referência. Eu falo em mega agrupamentos, que são unidades organizacionais, não edifícios! Portanto, falou de uma coisa sobre a qual eu não emiti qualquer opinião."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Não nos parece que esta proposta tenha uma contextualização local. Portanto, e não me parece que este seja o tempo para discutir este tipo de Moção, por isso, é com facilidade que eu próprio votarei contra a mesma.

Até porque talvez fosse interessante perceber qual é a alternativa que a Coligação



Democrática Unitária apresenta. Será o modelo soviético?!"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

**JOÃO PAULO TOMÉ:** "Peço imensa desculpa, com todo o respeito, mas em meu entender, devia haver limites para o que se diz aqui nesta sala.-----

Não me parece que a Moção subscrita pela Coligação Democrática Unitária se enquadre dentro dos princípios soviéticos.-----

Vejo, na realidade, que aqui no nosso Concelho é o pior desemprego, há crianças com menor capacidade de acesso às escolas, portanto, com uma aprendizagem mais deficiente, e isso está cientificamente comprovado.-----

Custa-me muito dizer isto, mas até a nível nacional se verifica que quer o Partido Social Democrata quer o Partido Socialista perderam a noção do que é a social democracia!"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

**JOÃO FILIPE CARRONDA:** "Ouvi com atenção as intervenções e até me parece, de certa forma, ficaram por esclarecer algumas preocupações do cidadão comum.-----

Reconheço que a Escola Pública tem sido um pouco desprezada em relação a algum incentivo para que os alunos frequentem a escola privada. E há uma coisa que a mim me preocupa enquanto cidadão e como pai e avô - ainda hoje mesmo na televisão mostraram a denominada Cantina velha da Universidade de Lisboa, teve uma quebra de 40% da frequência por alunos essencialmente, decorrente das dificuldades que as pessoas têm para fazer face aos custos de deslocação e alimentação dos seus filhos.-----

Não podemos fechar os olhos e temos de perceber que há alguma dificuldade para muita gente em ter os seus filhos a estudar. Mas não vejo muita preocupação na responsabilização e motivação dos professores. Há faltas de auxiliares, é verdade! Mas também há falta de autoridade e hoje assistimos ao bullying nas escolas, com a marginalização de certos estudantes, se calhar fruto das dificuldades das famílias. Algumas das manifestações feitas são um péssimo exemplo para os alunos. Isso sim, preocupa-me! E isso leva-me a defender a Escola Pública."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "O alargamento desta discussão demonstra que este não é o tempo certo para se discutirem estas questões. Eu gostava só de deixar aqui uma nota.-----

A questão da Escola Pública não se resume ao ensino em Portugal. Portanto, eu não gostaria de estar num Concelho que fecha as portas às escolas privadas. Na minha



opinião, esta discussão não se deve colocar aqui. Esta é uma questão dogmática que não faz sentido nos tempos modernos. Seria a mesma coisa que fecharmos as portas à saúde privada e a outras facetas da iniciativa privada. O facto de haver iniciativa privada é salutar.-----

Não devemos defender a Escola Pública contra as escolas privadas. Porquê? Porque não é assim que se deve colocar a questão.-----

Sobre esta matéria eu estou absolutamente disponível para no tempo e no local próprios discutirmos sobre a educação na Figueira da Foz, mas não me parece que seja este o momento, nem partindo desta proposta que é ideologicamente feita e formatada."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Esta proposta teve a vantagem de me colocar de acordo com o deputado municipal João Filipe Carronda.-----

Eu gostava de ter visto aqui uma proposta, para nossa aprovação, no sentido de que a legislação passe a repor a autoridade dos professores dentro da escola, a impor respeito dentro da escola, a acabar com o bullying, a tirar os gradeamentos à volta das escolas."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

**NUNO MELO BISCAIA:** "O grupo municipal do Partido Socialista votará a proposta da Coligação Democrática Unitária. Tendo em conta a intervenção do Estado no domínio da educação (lembro que é dever constitucional do Estado assegurar o ensino e a educação permanente, está plasmado na Constituição da República Portuguesa), e no apoio aos alunos com maiores dificuldades, obviamente o Partido Socialista não poderá deixar de votar favoravelmente esta Moção.-----

Por fim, reli o documento e nada indica que esta Moção seja contra o ensino privado. Apenas diz e refere querer enaltecer e reforçar o Sistema de Ensino Público."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Todo e qualquer espaço e tempo de realização de Assembleia Municipal, Assembleia de Freguesia ou Câmara Municipal é a altura de discutir os assuntos do país, porque somos fregueses, munícipes e cidadãos.-----

Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, a Coligação Democrática Unitária não disse em nenhum lado da Moção ser contra a iniciativa privada. Estamos sim, contra o favorecimento do ensino privado em detrimento do ensino público, porque este é uma obrigação constitucional. E é para suprir as obrigações constitucionais que



os cidadãos pagam os seus impostos.-----

Em relação aos textos formatados, todos nós formatamos os nossos textos de acordo com a ideologia que defendemos."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

**JOÃO PAULO TOMÉ:** "O Bloco de Esquerda não é contra a iniciativa privada, antes pelo contrário, mas a nível da saúde e da educação a nossa Constituição é muito clara. Nós não podemos substituir a Escola Pública pela privada. Estamos muito perto de comemorar os 40 anos do 25 de Abril, feito para que pudéssemos ter melhor educação e saúde."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

**ISABEL GASPAR SOUSA:** "Como professora, provavelmente, terei de desviar-me um bocadinho do meu partido pelo qual fui eleita. No entanto, a minha profissão é aquilo que eu sei e gosto de fazer e, por isso mesmo, concordo plenamente com a Moção apresentada pela deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

Considero que no mundo atual deveria haver escolas privadas, mas deveriam ser suportadas por privados. Quem quisesse ter os seus filhos em escola privada deveria pagar a 100% a sua frequência. Essas escolas foram criadas aqui ao nosso lado, é o Estado e os nossos impostos que as estão a financiar, daí não poder concordar. Mais, estou há 24 anos no ensino, concorri em concurso nacional, infelizmente não pertença a nenhum lugar do quadro aqui na Figueira da Foz, estou destacada.----- Vou ponderar a forma como irei votar, e certamente não será contra."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Em primeiro lugar, aqui está a evidência do sentido plural. Em segundo lugar, deputado municipal Nuno Melo Biscaia, eu não disse que esta Assembleia não era o lugar para se discutir problemas da Figueira da Foz. Claro que é! Eu disse que esta proposta não tinha uma contextualização local.-----

Já agora, quero saudar este voto do Partido Socialista, porque a maior parte das coisas a que esta proposta se refere são intenções socialistas. A questão dos mega agrupamentos é uma intenção do Partido Socialista. Criar aqui ónus sobre o atual Governo é de uma miopia total!-----

Portanto, cuidado colegas socialistas porque ao votar a Moção vão votar contra intenções socialistas."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

**FERNANDO MIGUEL PEREIRA:** "A Educação passa atualmente por vários problemas e, se calhar, somos todos responsáveis. E o problema principal é a falta de crianças.-



Os mega agrupamentos serviram para estruturar zonas inteiras, por forma a que os interesses privados não se sobrepusessem aos interesses das populações.-----  
Está nas nossas mãos melhorar, em vez de protestar.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

**JOÃO FILIPE CARRONDA:** “Em primeiro lugar, quero felicitar a deputada municipal Isabel Gaspar Sousa pela posição de consciência que assumiu em relação a esta Moção.-----

Em segundo lugar, queria só dizer ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, que este é o local onde os assuntos podem ser trazidos a debate. Não há os tempos que cada um quer, é sempre que as pessoas quiserem.-----

E se há, de facto, essa liberdade de expressão do Partido Social Democrata, e ainda bem que é assim em partidos civilizados, também se passa o mesmo connosco, e situações que possam ter corrido menos bem no passado, não quer dizer que agora não as critiquemos e mudemos de posição ponderadas as circunstâncias.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva, Raquel Mendes Correia e Fernanda Marques Lorigo, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Isabel Gaspar Sousa, Natália Jerónimo Pires e Filipe Humberto Dias, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Partido Socialista Adelino Costa Pinto, e dez votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata, e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, aprovar a Moção «Em defesa da Escola Pública em Portugal», subscrita pela Coligação Democrática Unitária, no sentido de exigir que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no Sistema Público de Ensino e a adoção de medidas de política educativa que garanta os direitos de acesso e de sucesso dos cidadãos, e se afirme como um recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do país.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**D - VOTO DE PESAR PELOS FALECIMENTOS DE EUSÉBIO DA SILVA FERREIRA E MÁRIO ESTEVES COLUNA**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----



**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Faleceu no passado dia 05 de janeiro Eusébio da Silva Ferreira, conhecido por Eusébio A Pantera Negra.-----  
Representou o Benfica, a Seleção Nacional, prestigiou o nome de Portugal por todo o mundo, e foi considerado como um dos melhores futebolistas de sempre no futebol mundial.-----

Por essas e por muitas outras razões, proponho que nesta Assembleia Municipal seja aprovado um voto de pesar pelo seu falecimento, e que dele seja dado conhecimento à família, ao Sport Lisboa e Benfica e à Federação Portuguesa de Futebol."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

**NUNO MELO BISCAIA:** "Eu proponho que o deputado municipal José Elísio Oliveira, acrescente a este voto de pesar o nome do futebolista Mário Esteves Coluna, antigo jogador do Benfica, falecido no dia 25 de fevereiro de 2014."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Mário Esteves Coluna também foi um cidadão exemplar e devotado que representou a Seleção Nacional em 1966, e deu muitas alegrias aos portugueses. Por isso eu proponho também um Voto de Pesar pelo seu falecimento, e que dele seja dado conhecimento à família, ao Sport Lisboa e Benfica e à Federação Portuguesa de Futebol."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Fernanda Marques Lorigo, e da Coligação Somos Figueira, João Gomes Lopes, Filipe Humberto Dias e Paulo Querido Rodrigues, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, exarando em ata um Voto de Pesar pelos falecimentos de Eusébio da Silva Ferreira e de Mário Esteves Coluna, e expressar condolências às respetivas famílias enlutadas, ao Sport Lisboa e Benfica e à Federação Portuguesa de Futebol.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

#### **E - ESTRAGOS NA ORLA COSTEIRA RESULTANTES DO MAU TEMPO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Recentemente o Ministro do Ambiente visitou no nosso Município algumas zonas que sofreram alguns estragos em consequência do mau tempo que se faz sentir, nomeadamente, na orla costeira.-----

Durante a visita anunciou que brevemente se iniciarão obras na nossa costa, com





vista a reparar estragos e a evitar outros, nomeadamente, na Costa de Lavos, Leirosa, São Pedro e Buarcos.-----

Estas obras já, desde alguns anos que vêm sendo prometidas ao mesmo ritmo com que, sistematicamente, vêm sendo adiadas, pelo que já quase só acredito quando as vir começar.-----

Com muito esforço e muito boa vontade, vamos dar o benefício da dúvida, ou a palavra de Ministro que já vale pouco, passa a valer nada.-----

Ando há mais de trinta anos a ouvir dizer que o assunto está em estudo e temo, primeiro, que ainda não haja nenhum estudo completo e definitivo, e segundo, que durante os próximos trinta anos se continue a ouvir dizer que o assunto está em estudo.-----

Apetece-me sugerir que se contratem técnicos Holandeses. Não tenho dúvidas que rapidamente teríamos um projeto e sem dúvida mais barato.-----

Dir-me-ão que a Holanda não é Portugal e que a situação é diferente. Sem dúvida! Mas a situação na Holanda parece-me até mais difícil de defender, já que o território está abaixo do nível das águas do mar, e cá, pelo menos, o território ainda está acima do nível do mar.-----

Defender o nosso território é fundamental! Isto é pior que uma guerra! Numa guerra pode-se perder para outrem o território, mas essa perda nunca será definitiva. O que se perde hoje pode ser recuperado amanhã. Neste caso, o que se perder para o mar já não será recuperável.-----

Não somos técnicos nem especialistas nesta matéria. Sabemos e constatamos que as áreas que até hoje têm sido defendidas por enrocamentos e esporões não têm sofrido grandes estragos e se têm aguentado, e por isso propomos, no que se refere à Costa de Lavos:-----

Primeiro - que o atual esporão seja reforçado e prolongado por mais 40/50m;-----

Segundo - que o enrocamento a Sul do atual esporão e que já aguentou e evitou uma catástrofe, durante mais de vinte anos, seja reparado e reforçado, se possível com tetrápodes, a não ser que este material seja para usar exclusivamente em Lisboa ou Porto;-----

Terceiro - que seja construído um novo esporão, mais pequeno que o atual, na continuação da Margem Norte do Rego do Sul;-----

Quarto - que seja feito o enrocamento da barreira desde o Parque da Areia Branca até ao muro que protege a Avenida Vereador José Elísio;-----

Quinto - que sejam construídos molhos transversais nas zonas de rebentamento.---



Que fique claro que, quer eu, quer a Junta de Freguesia de Lavos, não concordamos e nos opomos a qualquer solução que passe exclusivamente por colocar areias. São obras caras que o mar rapidamente destrói.-----

Esta solução, defendida por alguns técnicos e ambientalistas, só pode interessar a quem tenha interesses no negócio, ou seja, de formação fundamentalista.”-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**F - PROJETOS APRESENTADOS PELO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ À COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA PARA CANDIDATURAS A APOIO NO ÂMBITO DO QUADRO COMUNITÁRIO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** “Li, na passada semana, na comunicação social, quais os projetos que a Câmara Municipal da Figueira da Foz considera prioritários e que apresentou na reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----  
Projetos a serem implementados pelo Município, no período 2014/2020, e a candidatar a verbas do Quadro Comunitário de Apoio.-----

De entre eles consta a construção de um Centro Tecnológico de Indústria Agroalimentar (os outros serão a requalificação da Praia e o emparcelamento do Vale do Pranto).-----

Concordo inteiramente com a opção tomada pela Câmara e felicito-a por isso.-----

No que respeita ao Centro Tecnológico de Indústria Agroalimentar, não sei se a Câmara já optou ou tem em vista a sua localização, mas o que me permito sugerir, aliás como já fiz no anterior mandato, é que este se venha a localizar no Parque Industrial da Figueira da Foz, onde a Câmara até dispõe de espaço (lotes) com condições para tal.-----

Permito-me também sugerir que ainda possa vir a ser incluída a construção de uma Ciclovia que ligue o Parque Industrial à Leirosa, numa primeira fase, de molde que numa segunda fase possa ser feita a ligação à Ciclovia que sai do Carriço e vai até à Nazaré.-----

No que respeita às obras a serem implementadas pela Administração Central, manifesto também a minha total concordância e o meu regozijo se, onde eu leio «dinamização logística e das acessibilidades marítimas da margem Sul» isto significar: construção da Plataforma Logística a Sul da Zona Industrial, construção de um ramal de caminho de ferro a ligar à Marinha das Ondas, passagem para quatro faixas de rodagem a estrada entre a Ponte dos Arcos e a Marinha das Ondas, e a construção de uma nova estrada que ligue a saída da A17 no Nó do Outeiro até ao



entroncamento da Celbi/Soporcel/Lusiaves.-----  
Também deverá ser incluída uma obra desde há muito reclamada e que é o arranjo urbanístico da Frente Marítima da Costa de Lavos, nomeadamente a ligação da Avenida Vereador José Elísio ao Parque da Areia Branca.-----  
Tendo lido em tempos que está em execução um estudo de um Projeto Piloto para a exploração e aproveitamento da energia a partir das ondas, e que a área em estudo se localiza entre a Costa de Lavos e Peniche, sugiro que a Câmara, se ainda não o fez, e se já o fez peço desculpa, se inteire desse processo, que poderá ser implementável no nosso Concelho, poderá ser uma fonte de receita e até poderá ajudar, direta ou indiretamente na defesa da orla costeira.”-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**G - LINHA DO OESTE/LINHA DA BEIRA ALTA**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

**JOSÉ PEREIRA DA COSTA:** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tal como lhe disse no início desta sessão vou ter de me ausentar por motivos pessoais, no entanto, queria colocar aqui algumas questões ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe, desde já sinceras desculpas da indelicadeza de não estar cá para ouvir as suas respostas.-----

O Governo inseriu em Orçamento do Estado uma verba de 25 milhões de euros para a ferrovia. Gostaria de sensibilizar o executivo para a necessidade de não só estarmos atentos, como no fundo o Presidente da Câmara tem estado, à questão da Linha do Oeste, mas fundamentalmente, à questão da Linha da Beira Alta, ou seja, o acesso entre Aveiro-Vilar Formoso, à semelhança do que repetidamente têm feito os municípios de Cantanhede, Mealhada e Montemor-o-Velho.-----

E estarmos atentos no sentido de a certa altura acharmos que, ou por um lado ou por outro, essa via ferroviária não venha a ter o seu começo ou o seu final na Figueira da Foz. Isto é de primordial importância para o nosso Concelho.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** “Nas presentes condições com o Porto da Figueira da Foz do lado de cá, eu acho que a prioridade das prioridades relativamente à Linha da Beira Alta deve ser um Ramal de ligação do Porto da Figueira da Foz à Marinha das Ondas, servindo a Zona Industrial.”-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**H - O NINHO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----



**JOSÉ PEREIRA DA COSTA:** "O Ninho chegou a funcionar como creche e era um jardim-de-infância da rede pública, tutelado pelo Ministério da Educação, tendo encerrado no final do ano letivo de 2011.-----

O edifício de dois pisos, devoluto, encontra-se ao abandono, com portões e portas abertas, interior vandalizado, e o antigo refeitório e despensas anexas a serem utilizados como dormitórios de ocasião por parte de pessoas que têm acedido àqueles espaços.-----

Julgo saber, e espero não estar a cometer nenhuma inconfidência, que V. Ex.<sup>a</sup> já tem uma nova ocupação para «O Ninho». Sei que o Estado pode ter intenções para o edifício, mas aquilo é um símbolo emblemático da Figueira da Foz.-----  
Neste momento, o estado deplorável em que se encontra é uma vergonha para todos nós, não podendo continuar assim."-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**I - PARQUE DE ESTACIONAMENTO EM FRENTE À PRAÇA DE TOUROS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

**JOSÉ PEREIRA DA COSTA:** "Perdoem-me certas críticas que eu, por vezes, faço a alguns políticos. Para se ser político na Figueira da Foz, é preciso sentir, provar e viver esta terra.-----

Às vezes o tempo passa tanto e tão depressa, e estou a falar de uma coisa comezinha que é o Parque de Estacionamento em frente à Praça de Touros da Figueira da Foz. Eu sei que foi preciso retirar dali à pressa as árvores que tombavam, mas aquilo está num estado deplorável, é só preciso limpar e alcatroar para lhe dar uma «cara lavada». Senhor Presidente da Câmara e senhor Vereador Carlos Monteiro passem por lá para ver."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Estou inteiramente solidário com a intervenção do deputado municipal José Pereira da Costa."-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**J - ESTRADA NACIONAL ESTRADA NACIONAL 109 ENTRE A MARINHA DAS ONDAS/FIGUEIRA DA FÓZ E FIGUEIRA DA FÓZ/COSTA DE LAVOS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

**JOÃO FILIPE CARRONDA:** "No passado domingo deparei-me mais uma vez com a situação que se vive no IC1, na Estrada Nacional Estrada Nacional 109, entre a Marinha das Ondas/Figueira da Foz e Figueira da Foz/Costa de Lavos.-----

E no passado domingo passei por lá por volta das 19,00 horas e veio-me à memória



aquilo que já foi dito por aqui e também denunciado.-----  
Eu penso que estas estradas são do domínio do Estado, mas pede-se que a Câmara Municipal exerça mais uma vez a sua influência, pressão e motivação para que naqueles cruzamentos sejam construídas rotundas, por forma a reduzir substancialmente o número de acidentes que ali ocorrem.-----  
Mas para além disso, o piso está de tal maneira degradado, com buracos e a estrada não tem qualquer tipo de marcação. Para quem circula ali sem conhecer a zona é uma aflição constante.”-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “O Presidente da Câmara Municipal deu algumas notas sobre diversas questões afloradas pelos deputados municipais, mas a gravação está cheia de ruídos e não se consegue perceber com clareza o que foi dito.”-----

**K - INCLUSÃO DE PONTOS EXTRA-AGENDA**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** “Proponho que sejam incluídos na Ordem de Trabalhos, a pedido do Presidente da Câmara, para serem discutidos nesta sessão, os seguintes pontos:-----

- Proposta da Câmara Municipal sobre a Exploração de Caulinos;-----
- Empreitada de «Sinalização Viária, Reordenação de Trânsito e Semaforização - Medidas de Segurança Rodoviária junto às Escolas» - Autorização da Assunção de Encargos Plurianuais;-----
- Empreitada de «Arranjo Urbanístico do Largo da Feira Velha de Maiorca» - Autorização da Assunção de Encargos Plurianuais;-----
- Empreitada de «Construção do Centro de Saúde de Lavos» - Autorização da Assunção de Encargos Plurianuais;-----
- Alteração do Artigo 3.º da Minuta do Acordo de Execução de Delegação de Competências na Freguesia de Lavos.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro, e Mário Menezes Paiva, e da Coligação Somos Figueira, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires e Isabel Gaspar Sousa, em cumprimento das disposições emergentes do n.º 2 do art.º 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, incluir estes cinco pontos na**



Ordem de Trabalhos da presente sessão.-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

- B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO:
- 4.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO  
ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Uma vez que o Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal tem de se ausentar por motivos pessoais, proponho ao plenário que a deputada municipal Isabel Guardão Tavares ocupe a partir de agora esse lugar."--

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Mário Menezes Paiva do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires e Isabel Gaspar Sousa da Coligação Somos Figueira, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Presidente da Assembleia Municipal, ficando, a partir de agora, a deputada municipal Isabel Guardão Tavares a integrar a Mesa da Assembleia Municipal.**-----

- 5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

- 5.1 - DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO RELATIVAS AOS TITULARES DE CARGOS DIRIGENTES DE 1.º E 2.º GRAUS

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus, em comissão de serviço neste Município, respetivamente, nos montantes de 311,21 € (trezentos e onze euros e vinte e um cêntimos) e 194,79 € (cento e noventa e quatro euros e setenta e nove cêntimos).-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 27 de janeiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----



A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Mário Menezes Paiva do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires e Isabel Gaspar Sousa da Coligação Somos Figueira, deliberou por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 2 do art.º 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua última redação, e art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto:-----

- 1 - Aprovar a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau, em comissão de serviço neste Município, respetivamente, nos montantes de 311,21 € (trezentos e onze euros e vinte e um cêntimos) e 194,79 € (cento e noventa e quatro euros e setenta e nove cêntimos);
- 2 - Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente do processamento destas despesas de representação.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.2 - PROPOSTA FINAL DA 5.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ**

Pelo Presidente das Câmara foi presente a proposta final da 5.ª Alteração ao Plano de Urbanização da Figueira da Foz, com fundamento no facto de, ao longo dos anos da sua vigência, terem sido detetados pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal lacunas e/ou falta de atualidade de algumas regras e parâmetros urbanísticos aplicáveis, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 27 de janeiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "Esta alteração do Plano de Urbanização prende-se com a construção da nova Piscina do Ginásio Clube Figueirense.-----

A Coligação Democrática Unitária elogia o trabalho que tem vindo a ser feito pelo Ginásio Clube Figueirense, pela sua gestão económica e desportivamente regrada, mas em relação a esta construção a cêrcea não tem nada a ver com as cêrceas existentes na Rua Rancho das Cantarinhas.-----

Por isso mesmo e apesar de não ser contra a construção deste complexo de Piscinas, neste processo a Coligação Democrática Unitária vai abster-se."-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Mário Menezes Paiva do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa e Natália Jerónimo Pires da Coligação Somos Figueira, sob proposta da Câmara e nos termos do n.º 1 do art.º 79.º do Decreto Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda e Presidentes de Junta independentes José Elísio e Mário Fajardo Acúrcio, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a proposta final da 5.ª Alteração ao Plano de Urbanização da Figueira da Foz.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.3 - PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ E A FIGUEIRA DOMUS - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE HABITAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ, EMPRESA MUNICIPAL**

Pelo Presidente da Câmara foi presente para análise e aprovação um Protocolo a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, especificando e definindo o enquadramento das competências e atribuições do Município da Figueira da Foz que passam a ser exercidas pela empresa municipal, e autorizando esta a arrendar os fogos propriedade do Município em condições similares às dos seus imóveis, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 03 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "A Coligação Democrática Unitária vai votar contra este ponto por considerar que as questões de habitação deveriam estar sob a tutela de um Pelouro da Câmara Municipal. Enquanto tal não acontecer iremos continuar a votar contra."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de





imediatamente à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Mário Menezes Paiva do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa e Natália Jerónimo Pires da Coligação Somos Figueira, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda e Presidentes de Junta independentes José Elísio e Mário Fajardo Acúrcio, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar um Protocolo com a Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, especificando e definindo o enquadramento das competências e atribuições do Município da Figueira da Foz que passam a ser exercidas pela empresa municipal, e autorizando esta a arrendar os fogos propriedade do Município em condições similares às dos seus imóveis.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.4 - PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA A CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E PROMOÇÃO DE UMA HORTA PEDAGÓGICA NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ E MANUTENÇÃO DA ROTUNDA DOS BOMBEIROS DA FIGUEIRA DA FOZ**

Pelo Presidente da Câmara foi proposto a celebração de um Protocolo entre o Município da Figueira da Foz, a Freguesia de Tavadrede e a empresa Sotiplanta - Sociedade de Actividades Florestais, Ld.ª, tendo em vista o desenvolvimento e promoção da Horta Pedagógica do Concelho e a manutenção da Rotunda dos Bombeiros da Figueira da Foz, e determinando ainda as condições de colaboração entre as três partes outorgantes, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 17 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Eu gostaria de pedir alguns esclarecimentos sobre este dossier, pelo facto de continuar a ser bastante complicado para mim perceber as razões pelas quais se propõe este protocolo com uma empresa prestadora de serviços. Havendo no Concelho uma série de escolas que já foram agraciadas, digamos assim, com a bandeira Eco Escolas, algumas têm já pequenos projetos de movimento de hortas



pedagógicas, no meu entender faria todo o sentido para as crianças, para os jovens e para as suas famílias que um projeto destes pudesse vir a ser desenvolvido com a Câmara Municipal, as escolas portadoras da bandeira Eco Escolas e o Horto Municipal.-----

Tão pouco percebo as obrigações entregues ao terceiro outorgante, a empresa Sotiplanta - Sociedade de Actividades Florestais, Ld.ª, na medida em que são incluídas tarefas que, em meu entender, não fazem sentido que estejam neste documento, nomeadamente, a disponibilização de instalações para ações de carácter educativo. Então estas não são as obrigações do primeiro e do segundo outorgantes?! E envolver-se nas comemorações do Dia da Árvore são tarefas demasiado pesadas e importantes para serem entregues a uma empresa. Na minha opinião, esta também é uma tarefa do Município ou da Freguesia.-----

Quanto vai custar isto ao Município? E o protocolo explicita que mensalmente serão transferidos para a Junta de Freguesia de Tavadede tranches mensais de 250,00 €, a título de apoio na execução dos trabalhos necessários à manutenção e tratamento da Horta Pedagógica. Então, o que vai ser pago ao terceiro outorgante???"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Este protocolo está até demasiado esmiuçado. E inclusivamente, a Horta é propriedade da Sotiplanta - Sociedade de Actividades Florestais, Ld.ª, e o Município apenas usufrui do espaço que está preparado por uma entidade privada. Por isso mesmo, o mínimo do serviço público da atividade pedagógica deve ser da responsabilidade do Município.-----

É nesta perspetiva que estamos a colaborar com a Junta de Freguesia transferindo-lhe o dinheiro necessário para a manutenção e tratamento da Horta por parte de um dos seus trabalhadores.-----

O domínio curricular, esse continua a pertencer ao Programa Eco Escolas, tal como se diz na cláusula 4.ª alínea d) «Associar a Horta Pedagógica ao Programa Eco Escolas, das escolas do Município;».

Este protocolo é um exemplo flagrante de uma parceria público-privada de carácter criativo e claramente a favor do serviço público."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Este é um protocolo para a criação, desenvolvimento, manutenção e promoção de uma Horta Pedagógica no Concelho da Figueira da Foz, associado à manutenção da Rotunda dos Bombeiros da Figueira da Foz, e eu pressupus que a Horta não estava criada. Na sequência dos esclarecimentos do Presidente da



Câmara Municipal percebi que a Horta já estava criada. Então, onde é que a Horta se situa?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Esta Horta funciona há três anos mesmo em frente à Junta de Freguesia de Tavarede."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Faço minhas as palavras da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Não sou a favor das Hortas, sejam elas pedagógicas ou não! Assim sendo, votarei contra este ponto da Ordem de Trabalhos."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Victor Santos Madaleno.-----

**VICTOR SANTOS MADALENO:** "Ouvi todas as intervenções com algum ceticismo, porque as pessoas ou andam de gorro, ou andaram distraídas durante todos estes anos!--- Esta ano vai comemorar-se o terceiro aniversário da Horta Pedagógica da Figueira da Foz, que ao longo destes três anos teve mais de 12.000 visitantes por ano, a maior parte deles alunos das escolas do Concelho que a visitam e lá desenvolvem atividades.-----

Também temos convidado para as comemorações dos aniversários desta Horta Pedagógica todos os elementos desta Assembleia Municipal. Portanto, penso que aquilo não é um espaço escondido, não é um projeto que não se saiba que existe, até porque aparece em notícias da comunicação social inúmeras vezes. Aliás, a sua própria inauguração foi publicitada num programa da RTP1 gravado no local.-----

A Câmara tem muito pouco pessoal na área de jardineiro, e estava a ceder-nos um operário três dias por semana para a manutenção da Horta, mas agora, nesta fase de podas de árvores pela Cidade, sentiu-se a necessidade de celebrar este protocolo definindo as condições de colaboração entre as três partes: Município da Figueira da Foz, Freguesia de Tavarede e Sotiplanta - Sociedade de Actividades Florestais, Ld.<sup>a</sup>.-----

Entre a cedência de um trabalhador três dias por semana para a manutenção da Horta e o pagamento de 250,00 € à Freguesia de Tavarede, eu até acho que a Câmara Municipal sai beneficiada!..."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

**JOÃO PAULO TOMÉ:** "Quero congratular-me pelo facto de no meu bairro as coisas avançarem. Agora, acho muito pouco 250,00 € para ter uma pessoa ali a trabalhar toda a semana!"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----



**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Não quero de maneira nenhuma acidular o meu discurso, porque eu sou uma pessoa normalmente calma, ponderada e faço os possíveis por ser doce, mas também não gosto de me sentir desrespeitada.-----

E considero a última intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Taveiro de muito desrespeitosa para com a minha pessoa.-----

Lembro ao Presidente da Junta de Freguesia de Taveiro de que os convites de aniversário foram certamente enviados aos membros da Assembleia Municipal anterior, a qual eu não integrava. Depois, volto à velha questão: se é criação, para mim, criar é de novo, porque senão seria reformular, remodelar, reestruturar, enfim, tudo o que os senhores quiserem. Portanto, quando muito há aqui um lapso de linguagem e toda a gente comete lapsos de linguagem.-----

Agora, isto servir para me chamar distraída e sem saber o que ando aqui a fazer, não! O Presidente da Junta de Freguesia de Taveiro de tem toda a legitimidade para não saber o que eu ando aqui a fazer, mas eu sei o que ando aqui a fazer."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Só para referir que se a Câmara Municipal me dispensar um trabalhador três dias por semana eu arranjo montes de terrenos em Lavos. Também gostaria de saber onde se podem adquirir os produtos."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

**ISABEL GASPAR SOUSA:** "Em relação às despesas que poderão estar inerentes à Horta Pedagógica eu não me vou pronunciar, porque, de facto, não é o meu métier.-----

Agora, em relação ao valor pedagógico da Horta eu reconheço o seu valor inestimável. Escolas Primárias, Jardins de Infância, tal como as Escolas do 3.º Ciclo e Secundário visitam a Horta e as Atividades de Tempos Livres com frequência. Na minha opinião, é um equipamento de aprendizagem privilegiado e bem aproveitado. - Eu própria já disse aos meus filhos para a visitarem, porque as crianças que vivem na Cidade desconhecem como é que as coisas chegam ao seu prato e precisam de dar valor ao que têm."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Para aprender não é preciso uma Horta Pedagógica! Os meus netos também vão visitar quintas e produções agrícolas e sabem de onde os produtos vêm..."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

**FERNANDO MIGUEL PEREIRA:** "Eu acho salutar esta iniciativa do Município e, por isso mesmo, dou os parabéns à Junta de Freguesia de Taveiro de e ao Presidente da Câmara



Municipal, fazendo minhas as palavras da deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.”

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Victor Santos Madaleno.-----

**VICTOR SANTOS MADALENO:** “Não foi minha intenção desrespeitar a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, por isso, apresento-lhe as minhas desculpas.-----

Agora, já não posso aceitar de maneira nenhuma esta última intervenção do deputado municipal José Elísio Oliveira, que considero uma falta de respeito.-----

Os produtos desta Horta são distribuídos por Instituições Particulares de Solidariedade Social, e precisamos de ter um trabalhador para a cuidar regularmente por forma a que as verduras não se estraguem e origemem desperdício alimentar.”-

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires e Carlos Manuel Rabadão da Coligação Somos Figueira, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda e Presidente de Junta independente Mário Fajardo Acúrcio, e quatro votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Presidente da Junta independente José Elísio:-----**

**1 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar um Protocolo com a Freguesia de Tavarede e a empresa Sotiplanta - Sociedade de Actividades Florestais, Ld.ª, tendo em vista o desenvolvimento e promoção da Horta Pedagógica do Concelho e a manutenção da Rotunda dos Bombeiros da Figueira da Foz, e determinando ainda as condições de colaboração entre as três partes outorgantes;-----**

**2 - Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da celebração deste protocolo.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.5 - 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2014**

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e votação a 1.ª revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2014.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 17 de fevereiro de 2014.-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2014.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.6 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS**

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município da Figueira da Foz, incluindo a Tabela de Taxas Administrativas e o Modelo de Fundamentação Económico-Financeiro das mesmas, que dele fazem parte integrante, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Esta proposta tem subjacente a adequação do Regulamento às disposições do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril (Licenciamento Zero), o ajustamento do quantum de um vasto conjunto de taxas existentes, e outras situações pontuais.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 24 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Por uma questão de economia de tempo, informo que a Coligação Somos Figueira se irá abster neste ponto 5.6 e no seguinte 5.7, pelas razões insertas nos documentos e pelas razões já invocadas em sede de Câmara Municipal."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

**JOÃO FILIPE CARRONDA:** "Era só para manifestar a congratulação do grupo municipal do Partido Socialista porque, por norma, estes regulamentos e estas taxas causam sempre grande rebuliço e alguma contestação.-----

Apraz-nos registar o cuidado que houve na sua elaboração por parte da Câmara Municipal, tendo sido ouvidos a Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, Associação de



Dinamização e Promoção do Bairro Novo e a Associação Gastronómica Figueira Sabor a Mar. Foi, sem dúvida, uma forma inteligente de ouvir os interessados.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Não diria nada se não fosse esta intervenção do deputado municipal João Filipe Carronda.-----

Este documento é muito delico-doce, parece que está a fazer um favorzinho. Não gosto deste documento. As pessoas emitem a opinião que consideram ser justa e a Coligação Democrática Unitária respeita isso.-----

Agora, gostava de perguntar à Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal se pediram a opinião, pelo menos, a três ou quatro sócios da Figueira da Foz. Eu já falei com alguns sócios da Figueira da Foz desta Associação, gente que lida com o setor da restauração, e que se vão queixando das taxas e do que vem por aí... Portanto, não me parecem muito felizes, e a Coligação Democrática Unitária também não está feliz com este documento e vai votar contra.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Mário Silva Esteves.-----

**MÁRIO SILVA ESTEVES:** “Todas as Associações foram auscultadas. Eu estive presente nesta Câmara Municipal representando a Associação Figueira Sabor a Mar, com os representantes da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal. Depois de nos termos debruçado sobre as 84 páginas do documento, chegamos às nossas conclusões e delas demos conhecimento à Autarquia. Pelo menos foi o que aconteceu com a Associação que represento.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Eu não falei em associações. O que eu perguntei foi se a Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal ouviu os seus sócios. E porquê? Porque tenho ouvido queixas de gente da restauração.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, dos membros da Coligação Somos Figueira Carlos Cação de Jesus e Mário Silva Esteves,**



do Bloco de Esquerda, e dos Presidentes de Junta independentes José Elísio e Mário Fajardo Acúrcio, quatro abstenções de Teotónio de Jesus Cavaco, Isabel Gaspar Sousa, João Gomes Lopes e Carla Silva Santos da Coligação Somos Figueira, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas das alíneas b) e g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas, incluindo a Tabela de Taxas Administrativas e o Modelo de Fundamentação Económico-financeiro das mesmas, que dele fazem parte integrante. *Deliberação aprovada em minuta.* -----

**5.7 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ**

Pela Vereadora do Urbanismo foi presente para apreciação e votação uma proposta de Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público no Município da Figueira da Foz, visando a densificação de regras de publicidade e ocupação de espaço público face às novas modalidades de relacionamento do Município com os cidadãos, através dos mecanismos de Mera Comunicação Prévia e Comunicação Prévia com Prazo, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata. -----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 24 de fevereiro de 2014. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco. -----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "O grupo municipal da Coligação Somos Figueira vai abster-se, por considerar ser urgente para a Figueira da Foz uma uniformização dos espaços públicos, ou seja, todos os espaços a serem construídos por empresas ou restaurantes terem uma uniformização estética." -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação. -----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, e dos Presidentes de Junta independentes José Elísio e Mário Fajardo Acúrcio, nove abstenções dos membros da Coligação Somos Figueira e da**





Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público no Município da Figueira da Foz.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.8 - RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DAS PRAIAS NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS**

Pela Subunidade Orgânica de Património foi presente um pedido de autorização a esta Assembleia Municipal para o Município da Figueira da Foz assumir o compromisso plurianual decorrente da renovação do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Limpeza das Praias do Concelho da Figueira da Foz, celebrado com a empresa SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A, pelo prazo de dois anos, e os encargos financeiros para os anos de 2014 e 2015 correspondentes a 118.864,32 € (cento e dezoito mil oitocentos e sessenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos) para cada um dos anos económicos.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da renovação do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Limpeza das Praias do Concelho da Figueira da Foz, celebrado com a empresa SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A, pelo prazo de dois anos, e os encargos financeiros para os anos de 2014 e 2015 correspondentes a 118.864,32 € (cento e dezoito mil oitocentos e sessenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos) para cada um dos anos económicos.**-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.9 - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA**



Com precedência de procedimento por Ajuste Direto, o Presidente da Câmara propõe a adjudicação pelo prazo de trinta e seis meses dos serviços de auditoria externa para certificação legal das Contas do Município à Sociedade LCA - Leal, Carreira & Associados, SROC, pelo valor de 19.800,00 €, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado no montante de 4.554,00 €, perfazendo o montante global de 24.354,00 €, a distribuir pelos anos económicos de:-----

Ano económico de 2014 - 8.118,00 €;-----

Ano económico de 2015 - 8.118,00 €;-----

Ano económico de 2016 - 8.118,00 €.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, e dos Presidentes de Junta independentes José Elísio e Mário Fajardo Acúrcio, e nove votos contra dos membros da Coligação Somos Figueira e da Coligação Democrática Unitária, sob proposta da Câmara e nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, nomear a sociedade LCA - Leal, Carreira & Associados, SROC, como Revisor Oficial de Contas do Município da Figueira da Foz.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

5.10 - **PROPOSTA DE ANULAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA "FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL, E PROPOSTA DE ADESÃO AO ACORDO QUADRO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS**

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a anulação do Concurso Público para "Fornecimento de energia elétrica em MT (Média Tensão), BTE (Baixa Tensão Especial), BTN (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública)", com fundamento no facto da adesão ao acordo quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de



Coimbra corresponder a um procedimento de aquisição muito mais rápido, financeiramente mais vantajoso para a Câmara e que, em princípio, garante uma tarifa não superior à praticada pelo mercado regulado, tornando expectável uma redução das tarifas, e um pedido de autorização a esta Assembleia Municipal para o Município da Figueira da Foz assumir o compromisso plurianual decorrente da celebração do contrato deste fornecimento de energia, através da Adesão ao Acordo Quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, da Coligação Somos Figueira, do Bloco de Esquerda, e dos Presidentes de Junta independentes José Elísio e Mário Fajardo Acúrcio, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra:-----**

**1 - Revogar a deliberação da Assembleia Municipal da sessão de 29 de abril de 2013 - ponto 5.8 da respetiva ata - que autorizou a abertura do Concurso Público para "Fornecimento de energia elétrica em MT (Média Tensão), BTE (Baixa Tensão Especial), BTN (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública)", com fundamento no facto da adesão ao acordo quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra corresponder a um procedimento de aquisição muito mais rápido, financeiramente mais vantajoso para a Câmara e que, em princípio, garante uma tarifa não superior à praticada pelo mercado regulado, tornando expectável uma redução das tarifas;-----**

**2 - Autorizar a despesa inerente ao procedimento para "Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, através da Adesão ao Acordo Quadro da Comunidade Intermunicipal da Região De Coimbra;-----**

**3 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da celebração do contrato deste fornecimento de energia, nos termos da**



alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.11 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DA GALA INTERNACIONAL DOS PEQUENOS CANTORES DA FIGUEIRA DA FOZ**

Pelo Vereador António Tavares foi presente para apreciação e votação uma proposta de Regulamento da Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz (relançada no ano transato, após 10 anos de interrupção), documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata. Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

**JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA:** "Felicito o executivo municipal pelo relançamento deste evento e pelo facto de se voltar a realizar na Figueira da Foz."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento da Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz, o qual regulará todas as galas futuras deste evento.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.12 - PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A EXPLORAÇÃO DE CAULINOS - EXTRA-AGENDA - PARA CONHECIMENTO**

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta de emissão de parecer desfavorável à Concessão de Exploração de Caulinos na área denominada Pocinho, localizada nas Freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, por se entender que não existem condições nem interesse público para a exploração de depósitos minerais de caulinos numa área onde existe um projeto agrícola integrado e agropecuário com forte implementação, com cerca de 180 agregados familiares diretamente envolvidos. Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 24 de fevereiro de 2014.-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Na medida em que esta Assembleia Municipal já aprovou aqui uma Moção contra a exploração de caulinos, este ponto será apenas para conhecimento."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Salvo melhor opinião, não concordo com o Presidente da Câmara Municipal.-----

Na sua reunião de 24 de fevereiro último, a Câmara deliberou submeter à apreciação da Assembleia Municipal uma proposta sobre esta matéria, e esta deveria ser votada por nós, independentemente de quaisquer outras propostas sobre o mesmo assunto apresentadas pelos partidos que compõem este órgão.-----

No meu entender, a nossa oposição sairia muito mais reforçada com a votação deste ponto 5.12."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A Câmara Municipal trouxe esta proposta à Assembleia Municipal partindo do princípio que este órgão autonomamente não iria assumir uma posição.-----

Como tomou uma posição, não faz sentido votar duas propostas, porque uma delas seria sempre redundante."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Já hoje fizemos isso aqui ao votar duas propostas sobre os doentes oncológicos."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, tomou conhecimento da proposta da Câmara Municipal de emissão de parecer desfavorável à Concessão de Exploração de Caulinos na área denominada Pocinho, localizada nas Freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, por se entender que não existem condições nem interesse público para a exploração de depósitos minerais de caulinos numa área onde existe um projeto agrícola integrado e agropecuário com forte implementação, com cerca de 180 agregados familiares diretamente envolvidos.-----**



**5.13 - EMPREITADA DE «SINALIZAÇÃO VIÁRIA, REORDENAÇÃO DE TRÂNSITO E SEMAFORIZAÇÃO - MEDIDAS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA JUNTO ÀS ESCOLAS» - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS - EXTRA-AGENDA**

Pelo Presidente da Câmara foi presente um pedido de autorização a esta Assembleia Municipal para o Município da Figueira da Foz assumir o compromisso plurianual decorrente da empreitada de «Sinalização Viária, Reordenação de Trânsito e Semaforização - Medidas de Segurança Rodoviária junto às Escolas», e os encargos financeiros para os anos de 2014 e 2015 correspondentes, respetivamente, a 136.555,54 € (cento e trinta e seis mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos) e 42.444,46 € (quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 24 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da empreitada de «Sinalização Viária, Reordenação de Trânsito e Semaforização - Medidas de Segurança Rodoviária junto às Escolas», e os encargos financeiros para os anos de 2014 e 2015 correspondentes, respetivamente, a 136.555,54 € (cento e trinta e seis mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos) e 42.444,46 € (quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.14 - EMPREITADA DE «ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO DA FEIRA VELHA DE MAIORCA» - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS - EXTRA-AGENDA**



Pelo Presidente da Câmara foi presente um pedido de autorização a esta Assembleia Municipal para o Município da Figueira da Foz assumir o compromisso plurianual decorrente da empreitada de «Arranjo Urbanístico do Largo da Feira Velha de Maiorca», e os encargos financeiros para os anos de 2014 e 2015 correspondentes, respetivamente, a 160.063,00 € (cento e sessenta mil e sessenta e três euros) e 48.406,12 € (quarenta e oito mil quatrocentos e seis euros e doze cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 24 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da empreitada de «Arranjo Urbanístico do Largo da Feira Velha de Maiorca», e os encargos financeiros para os anos de 2014 e 2015 correspondentes, respetivamente, a 160.063,00 € (cento e sessenta mil e sessenta e três euros) e 48.406,12 € (quarenta e oito mil quatrocentos e seis euros e doze cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.15 - EMPREITADA DE «CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE LAVOS» -  
AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS - EXTRA-AGENDA**

Pelo Presidente da Câmara foi presente um pedido de autorização a esta Assembleia Municipal para o Município da Figueira da Foz assumir o compromisso plurianual decorrente da empreitada de «Construção do Centro de Saúde de Lavos», e os encargos financeiros para os anos de 2014 e 2015 correspondentes, respetivamente, a 255.766,46 € (duzentos e cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos) e 255.766,45 € (duzentos e cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 24 de



fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da empreitada de «Construção do Centro de Saúde de Lavos», e os encargos financeiros para os anos de 2014 e 2015 correspondentes, respetivamente, a 255.766,46 € (duzentos e cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos) e 255.766,45 € (duzentos e cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**JOSÉ ELÍSIO** fez a seguinte Declaração de Voto: "Esta era a obra mais aguardada pelos lavoenses e, nesse sentido, quero agradecer à Câmara Municipal da Figueira da Foz e às forças políticas e grupos de cidadãos independentes representados nesta Assembleia Municipal, o facto de terem aprovado este processo por unanimidade."-----

**5.16 - ALTERAÇÃO DO ARTIGO 3.º DA MINUTA DO ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE LAVOS - EXTRA-AGENDA**

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta uma alteração da minuta do Acordo de Execução de delegação de competências na freguesia de Lavos, aprovado em sessão deste órgão de 30 de Dezembro de 2013, incluindo no clausulado do seu art.º 3.º a limpeza de areias na Costa de Lavos, no Parque da Areia Branca, na Av.ª José Elísio e no Bizorreiro de Lavos na Urbanização da Boa Vista, documento cuja versão final se dá aqui como integralmente reproduzida, constituindo o anexo número sete à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 24 de fevereiro de 2014.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de





imediatamente à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.º 133.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração da minuta do Acordo de Execução de delegação de competências na freguesia de Lavos, aprovado em sessão deste órgão de 30 de Dezembro de 2013, incluindo no clausulado do seu art.º 3.º a limpeza de areias na Costa de Lavos, no Parque da Areia Branca, na Av.ª José Elísio e no Bizzorreiro de Lavos na Urbanização da Boa Vista.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes Mafalda Mendes Azenha, Luis Mendes Ribeiro e Maria Fernanda Lorigo do Partido Socialista, Filipe Humberto Dias, Paulo Querido Rodrigues, José Pereira da Costa, Natália Jerónimo Pires, Carlos Manuel Rabadão e Vânia Duarte Baptista da Coligação Somos Figueira, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----